

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MAGNO MARCOUSE REGES

**A REFORMA PROTESTANTE COMO BERÇO DAS TEORIAS POLÍTICAS NA
MODERNIDADE: UMA LEITURA DAS IDEIAS/AÇÕES DE LUTERO A PARTIR DOS
SEUS PRINCIPAIS TRATADOS POLÍTICOS**

**SÃO PAULO
2018**

MAGNO MARCOUSE REGES

A REFORMA PROTESTANTE COMO BERÇO DAS TEORIAS POLÍTICAS NA
MODERNIDADE: UMA LEITURA DAS IDEIAS/AÇÕES DE LUTERO A PARTIR DOS
SEUS PRINCIPAIS TRATADOS POLÍTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana
Mackenzie, como requisito parcial à obtenção de título de
Mestre em Ciências da Religião.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jorge Luis Rodriguez Gutiérrez

SÃO PAULO
2018

R381r Reges, Magno Marcouse.
A Reforma Protestante como berço das teorias políticas na modernidade: uma leitura das ideias/ações de Lutero a partir dos seus principais tratados políticos / Magno Marcouse Reges. – 2019.

81 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.
Orientador: Jorge Luis Rodriguez Gutiérrez
Referências bibliográficas: f. 79-81.

1. Lutero. 2. Reforma. 3. Estado. 4. Modernidade. I. Rodriguez Gutiérrez, Rodriguez Gutiérrez, *orientador*. II. Título.

LC BR325

Bibliotecária Responsável: Ana Lucia Gomes de Moraes - CRB 8/6941

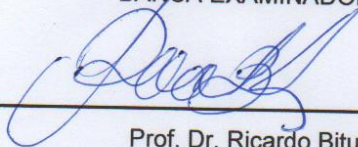
MAGNO MARCOUSE REGES

A REFORMA PROTESTANTE COMO BERÇO DAS TEORIAS POLÍTICAS NA
MODERNIDADE: UMA LEITURA DAS IDÉIAS /AÇÕES DE LUTERO A
PARTIR DOS SEUS PRINCIPAIS TRATADOS POLÍTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências da Religião da
Universidade Presbiteriana Mackenzie, como
requisito parcial à obtenção de título de Mestre
em Ciências da Religião.

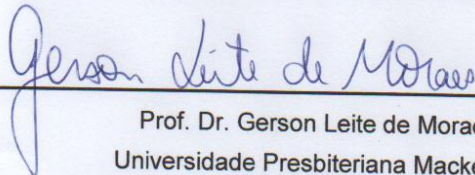
Aprovada em 12 de Fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



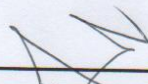
Prof. Dr. Ricardo Bitun

Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Gerson Leite de Moraes

Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Douglas Nassif Cardoso

Universidade Metodista de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Jorge Luis Rodriguez Gutiérrez, pela orientação e pela confiança.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, sem cuja caridosa disposição, manifestada ao longo do curso, esta dissertação seria muito inferior.

À minha esposa, Sabrina, que suportou e perdoou cristãmente um marido nem sempre fácil de agradar.

À Universidade Presbiteriana Mackenzie, pela bolsa concedida, sem a qual este trabalho não teria sido possível.

E a quem mais tenha contribuído ou sofrido para que esta dissertação chegasse até aqui.

Obrigado, de coração!

RESUMO

Objetiva-se, neste trabalho, apresentar a Reforma Protestante como a origem das teorias políticas da modernidade, a partir da leitura dos principais tratados políticos de Martinho Lutero, para identificar as suas ideias e ações políticas. Nesse sentido, as ideias e ações políticas de Lutero são apresentadas como sendo, em uma medida importante, causadoras das principais ideologias políticas na modernidade. Dessa forma, parte-se dos momentos decisivos da atuação política de Lutero até o ponto em que desencadeou mudanças profundas nas relações entre a Igreja e o Estado. Em um segundo momento, aborda-se como as suas ações mudaram, imediatamente, os destinos da Igreja na Alemanha e, pouco tempo depois, da Europa. Neste item, são apresentados os agentes históricos que contribuíram para que as ideias e ações de Lutero fossem perpetuadas no tempo e compartilhadas por muitas autoridades, contribuindo para o progresso da Reforma Protestante. Na terceira etapa, são apresentadas as concepções de Lutero acerca de Estado e Poder Político e, subsequentemente, a sua parcela de contribuição para a formação das ideologias políticas na modernidade.

Palavras-chave: Lutero. Reforma. Estado. Modernidade.

ABSTRACT

This paper aims to present a Protestant Reformation as one of the most important policies of modernity. Taking a reading of Martin Luther's key political indicators, to identify his political ideas and actions. In this sense, Luther's political ideas and actions are triggered as being, to an important extent, the cause of the major political ideologies in modernity. Thus, the part of the decisive moments of the political action of struggle between the Church and the State. In the first place, talk about how the actions immediately changed the destinies of the Church in Germany and, shortly after, of Europe. This article presents the historical processes which contributed to ideas and actions of Luther perpetuated without time and shared by many institutions contributing to the progress of the Protestant Reformation. This is the first level, its possible to the actions of actions of politologies in modern modernism.

Keywords: Luther. Reformation. State. Modernity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	CAPÍTULO 1: AS AÇÕES POLÍTICAS DE LUTERO	13
1.1	A AÇÃO CONCRETA DE LUTERO: O AGENTE HISTÓRICO.....	13
1.1.1	Lutero, um intelectual ativista; ou: o conceito do intelectual moderno	14
1.1.2	O Debate em Leipzig	17
1.1.3	O Apelo à Nobreza Cristã da Nação Alemã	19
1.2	NO QUE CONSISTIU A AÇÃO HISTÓRICA DE LUTERO.....	21
1.2.1	Católicos e Luteranos	22
1.2.2	Reis e príncipes, “bispos por necessidade”	23
1.2.3	A Guerra dos Camponeses	25
1.3	O PODER DE AÇÃO DE LUTERO: UMA FENOMENOLOGIA DO PODER.....	29
1.3.1	Uma ação contínua no tempo	30
1.3.2	A Confissão de Augsburgo: um novo Dogma?	31
1.3.3	A Liga de Esmalcada (1531)	33
1.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	35
2	CAPÍTULO 2: AS AÇÕES POLÍTICAS DE LUTERO: MUDANÇAS NA AUTORIDADE POLÍTICA DA IGREJA NA ALEMANHA	36
2.1	O DIVÓRCIO ENTRE AS LINHAS DE AÇÃO.....	37
2.1.1	Lutero e a infalibilidade da Igreja	37
2.1.2	Lutero e o Livre Exame das Escrituras	40
2.1.3	Lutero e a formação de grupos radicais	41
2.2	A AÇÃO DE LUTERO E O DESTINO DA ALEMANHA.....	43
2.2.1	Lutero e o clero alemão	44
2.2.2	Lutero e a mutação cultural da sua época	46
2.3	OS AGENTES DA AÇÃO HISTÓRICA DE LUTERO.....	48
2.3.1	Lutero e os pregadores evangélicos: o agente religioso	49
2.3.3	Lutero e as autoridades seculares: o agente político	51
3	CAPÍTULO 3: A COMPREENSÃO DE LUTERO EM QUESTÕES POLÍTICAS	55
3.1	O QUADRO POLÍTICO DO MUNDO DE LUTERO.....	55
3.2	LUTERO E SUA CONCEPÇÃO DE ESTADO.....	58
3.3	LUTERO E SUA CONCEPÇÃO DE GOVERNO SECULAR.....	64

3.4	LUTERO E AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS DA MODERNIDADE.....	73
3.4.1	A Guerra dos Trinta Anos: a religião na vida privada.....	74
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a relação entre a Reforma Protestante e as ideologias políticas na modernidade, tomando como base as ideias e ações políticas de Martinho Lutero tal como ele as elaborou nos seus tratados. De acordo com MIGUEL, ao lado de Maquiavel¹ e Thomas More, “os líderes da Reforma, Lutero e Calvino em especial, são os três momentos mais visíveis da emergência da política moderna”. Isto é, para estudar as origens da política moderna, é fundamental pesquisar esses autores. (2015, p. 8). Ademais, pode-se dizer que são momentos quase simultâneos.

Lutero ensina que entre Deus e os homens não existe mediação humana. Portanto, não deve existir um clero mediador. Tudo se decide entre Deus e a intimidade, ou, como ele referia, a consciência de cada pessoa. O clero, que atuava como mediador especialmente naquela época, era o conjunto de pessoas que se especializou na vida espiritual, embora não exercendo o poder diretamente, nem ocupando cargos políticos, a não ser raríssimas exceções. Com a Reforma Protestante, o clero é destituído dessa autoridade espiritual e cada um passa a ser o próprio canal para Deus.

Não existindo mais a autoridade do clero, as tomadas de decisão deixam de ser policiadas por uma autoridade externa, e as pessoas adquirem autonomia. Com isso, colocou-se a questão: como resolver o problema da moral e da ordem pública? O Estado passa a desempenhar este papel. No mesmo instante em que Lutero propõe a teoria do sacerdócio universal, Maquiavel propõe a teoria da razão de estado, ou seja, aquilo que é necessário para a conservação e defesa da ordem pública.

Assim, o Estado se torna a única versão da vontade de Deus e o governante se torna o portador da vontade divina sem, contudo, ser o mediador. Os reis, que antes da Reforma eram coroados pela Igreja, ou seja, recebiam uma parte da autoridade divina, com o advento da Reforma recebem essa autoridade diretamente de Deus. É o Direito Divino dos Reis, com o que se posicionam acima do clero.

Essa ideia se espalha por toda Europa. Os reis, então, passam a não dar satisfação de seus atos a quase nenhuma instância de poder. Eles mesmos, sendo portadores do mandato divino, tomavam suas decisões sem que fossem fiscalizados por qualquer autoridade.

¹ Maquiavel era o apóstolo da chamada razão de estado, que em nome da grandeza e segurança da pátria concedia aos governantes o salvo-conduto para mentir, delinquir, roubar, oprimir, matar, infringir enfim todos os mandamentos da Igreja e da moralidade comum (CARVALHO, 2011, p. 21). Maquiavel será referenciado uma vez mais nesta dissertação em uma rápida menção comparativa com Lutero.

Aqui, vale dizer, que os reis não tinham nenhum treinamento para isso. A maioria deles sequer dispunha de alguma reserva moral para exigir a ordem dos súditos. Não eram poucos os que tinham várias amantes. O único fator a interferir nessa lógica de poder era a pressão feita pelos pregadores, a quem ocasionalmente respondiam. Paralelamente a isso, a Igreja na França se afasta de Roma; cria-se, no país, a Igreja Galicana, semelhante à Igreja Anglicana na Inglaterra.

Assim, pode-se dizer que, segundo alguns historiadores, quando, de um lado, na Reforma ocorre a supressão do clero como mediador entre Deus e os governantes e, de outro, surge a ideia da razão de estado, dá-se o nascimento do Estado Moderno, e com ele o problema moderno da Igreja e do Estado. Nesse sentido, depois da Reforma pode-se falar em: Estado Católico, Estado Protestante, Estados Cristãos, Estado Neutro, Estado Anti-clerical e finalmente Estados Não-cristãos.

Passou-se a defender, com isso, que, se o rei incorpora a vontade divina, automaticamente o Estado que ele governa é divino. A divinização do Estado nasce, então, junto com o Estado e com a Razão de Estado.

No século XVIII, dá-se a revolta contra os reis, fato que pode ser entendido como uma consequência lógica da ruptura com o clero. Sendo assim, o clero já não é necessário, mas, o rei também não é. Se cada homem presta satisfação individual diretamente a Deus, não só o clero como também o rei não é necessário. De acordo com alguns autores, a democracia moderna nasce nesse período.

Para delimitar-se a pesquisa, procurou-se abordar apenas aquelas ações de Lutero que tiveram impacto direto na vida da sociedade alemã da sua época e que contribuíram para o surgimento das ideologias políticas da modernidade.

Situando o ambiente no qual a Reforma pode ser vista como o berço das teorias políticas modernas, diga-se que a dissertação será desenvolvida a partir das ações políticas de Lutero. Dessa maneira, procura-se responder à pergunta: Lutero é, ainda que não pretendendo ser, em uma medida importante, um dos criadores das ideologias políticas da modernidade? A fim de responder a esta questão, a dissertação foi dividida em três partes. No primeiro capítulo, intitulado “As Ações Políticas de Lutero”, apresenta-se o Lutero que age historicamente. É comum tratar a história de um movimento a partir de abstrações, os exemplos não caberiam nesta introdução; não foi, contudo, o que se buscou na primeira seção da dissertação. Lutero é o intelectual moderno. Engajado, escreve, concede audiências, prega e comparece em debates. É o sujeito ativo na Reforma que conta realmente com possibilidades concretas de ação, não

apenas hipotéticas. Ainda no primeiro capítulo, aparece um dos principais tratados de Lutero: “A Nobreza Cristã da Nação Alemã”, escrito em 1520² e que acompanha Lutero no trabalho de escrever vários outros tratados. Pela importância de seu texto para vários tópicos desta dissertação, este tratado reaparece em todos os capítulos. Também no primeiro capítulo, Lutero aparece em um dos momentos decisivos para a Reforma: O Debate de Leipzig. E, já no capítulo inicial, como desdobramento das ideias e ações de Lutero, constam os resultados imediatos das suas ações. Tarefa repetida em todos os outros capítulos, até se apontarem ideologias políticas na modernidade que foram fruto das suas ações.

O segundo capítulo, “As Ações Políticas de Lutero: mudanças na autoridade política da Igreja na Alemanha”, trata de como algumas ações de Lutero mudaram a autoridade política da Igreja. Portanto, o segundo capítulo é muito mais específico em relação ao objetivo desta dissertação. Ademais, atinge um nível de distinção importante, porque expõe os pontos mais decisivos em que Lutero declarou agir de determinada maneira mas, o resultado foi na direção contrária das intenções declaradas das suas ideias, mostrando que havia um horizonte de atuação que fugia completamente aos domínios de suas ideias e ações. Se ele se dava conta disso é matéria para outra dissertação. Ainda no segundo capítulo, há duas seções tratando de agentes históricos importantes com que Lutero contou a fim de perpetuar as suas ideias e ações: as autoridades políticas e os pregadores do evangelho (o elemento religioso). Estes agentes foram de fundamental importância para a disseminação e execução das ideias. Muito ao contrário da ideia de que aquilo que Lutero ensinou e fez, possa ter morrido com ele, verifica-se que, a partir dos agentes históricos, é que as suas ideias e ações passaram a ser compartilhadas pela sociedade.

Portanto, o capítulo dois analisa de que maneira a Igreja teve a sua autoridade política destruída. O poder de “atar e desatar” e o modo como essa autoridade passou a ser exercida pelos reis e príncipes, que, no entendimento de Lutero, eram “bispos por necessidade”. Dito de outro modo, o capítulo trata de como os reis passaram a lidar com a sociedade que era controlada, fiscalizada e administrada pela Igreja, como o controle social foi retirado das mãos dos reis e, sobrando as consciências individuais.

Avançando para o último capítulo, “A Compreensão de Lutero em Questões Políticas”, há uma importante indagação: Lutero realmente entendia as questões políticas específicas nas quais deu o seu parecer e os assuntos políticos em geral? Para responder essas perguntas, há

² A apresentação dos tratados de Lutero ao longo da pesquisa não aparecem em ordem cronológica, pelo fato de que os tópicos não estão assim organizados. Também porque a importância do objeto de estudo não depende de uma ordem cronológica.

três seções no capítulo expondo alguns dos principais tratados de Lutero. O primeiro refere-se ao quadro político da época, quadro apresentado no segundo capítulo ao se abordarem as mudanças culturais do período; o segundo diz respeito à sua concepção de Estado e de governo secular; e o último concerne à sua concepção de poder político.

O terceiro e último capítulo apresenta, de maneira mais específica que os capítulos anteriores, as condições que Lutero criou a fim de que pudesse obter do Estado e da Igreja seu poder concreto de ação para a consolidação das suas ideias.

Diga-se ainda que algumas definições e explicações foram dadas através de breves notas de rodapé em todos os capítulos da dissertação.

CAPÍTULO 1: AS AÇÕES POLÍTICAS DE LUTERO

SABINE (1964, p. 346), no seu livro “História das Teorias Políticas”, afirma que

A Reforma Protestante misturava em muito maior extensão a teologia política com as divergências de fé religiosa e questões de dogmas teológicos do que ocorrera mesmo na Idade Média. Não há, contudo, fórmula simples para descrever essa relação. Em toda a parte, as teorias políticas eram defendidas com argumentos teológicos. Cimentavam-se também alianças políticas em nome da verdade religiosa.

Este capítulo da dissertação abordará as principais ações de Lutero, entremeadas de alguns instrumentos da ciência política³. O intuito é contextualizar os temas que serão explorados nos capítulos seguintes, que são: as ações políticas de Lutero; mudanças na autoridade política da Igreja na Alemanha (Cap. 2); e a compreensão de Lutero em questões políticas (Cap. 3), apresentando a visão de importantes autores católicos e protestantes que discutiram esse aspecto do reformador e traçaram um panorama da atuação política dele. Dessa forma, esta dissertação não tem a pretensão de esgotar todos os pontos sobre esse assunto, mas sim demonstrar a real necessidade de um estudo aprofundado das ideias e ações políticas de Lutero como berço das ideologias políticas da modernidade.

1.1 A ação concreta de Lutero: o agente histórico

Quando se fala da ação concreta de alguém, não se pode falar de abstrações. Entidades não agem historicamente, tampouco as nações, as classes, as raças etc. Quem age na história são os indivíduos. No entanto, também não se pode dizer, como no caso desta pesquisa, por exemplo, que a ação individual de Lutero é a história da Reforma, isto é, a história não pode ser somente a história das ações individuais, porque o ser humano é um ser mortal. Ele não pode agir perpetuamente, porque morre, e, se ninguém der continuidade às suas ações, elas cessam no tempo. Além disso, o indivíduo não pode agir historicamente antes da sua maturidade. Haveria um prazo útil de, no máximo, cinquenta ou sessenta anos (no caso de Lutero, menos tempo) para o indivíduo agir, e, se a história fosse constituída apenas das ações dos indivíduos, estaria entrecortada pelo falecimento dos personagens.

³ Outros termos possíveis são: ciência política, teoria do estado ou teoria do governo. São os termos usados na França, Alemanha e Inglaterra respectivamente. A pesquisa não tem a pretensão de abarcar todas as possibilidades de formações políticas existentes e, algumas por existir. Ademais, o objetivo é fazer uma leitura das ideias e ações políticas de Lutero a partir dos seus tratados políticos.

Será feito aqui o recorte metodológico de verificar as ações de Lutero no limite da sua idade madura de atuação, que resultaram em significativas mudanças (analisadas mais detalhadamente no segundo capítulo da dissertação), motivo por que foram retomadas e passadas adiante, incorporando-se na cultura da sociedade alemã da sua época.

Não se trata de analisar as suas disputas teológicas e o seu declarado intuito de reformar completamente a administração eclesiástica a fim de abolir a Igreja medieval para retomar a pureza da Igreja primitiva. O que obviamente não significa, ao revés da opinião de alguns historiadores católicos, a criação de outra Igreja. Também não é uma pesquisa para tratar da natureza do problema que causou a ruptura religiosa. Seria matéria para outra pesquisa verificar, com base nas conclusões de autores importantes, se foi uma Reforma ou uma Revolução Religiosa. Vale mencionar que também não é uma pesquisa biográfica, ainda que, tanto discípulos quanto críticos possam admitir que Lutero é uma das maiores personalidades da história. Lutero é um gênio. O maior estrategista do seu tempo.

Trata-se de verificar quando as suas ações foram compartilhadas por outras pessoas e tiveram continuidade no decorrer da história, até o ponto em que, verificadas em sua concretude, pode-se atribuí-las genericamente ao grupo que leva seu nome. São as ações que se tornaram um costume generalizado, de modo que, poucos anos depois de Lutero, por exemplo, podia-se dizer que os alemães eram luteranos ou falar de um desenvolvimento da doutrina luterana e de seus continuadores. Mais tarde ainda se falar de uma ortodoxia luterana e de documentos doutrinários do luteranismo.

Indaga-se, portanto, em que momento se deve fixar o início do Lutero que age historicamente: Erfurt⁴ ou Wittenberg⁵? Leipzig⁶? Quando e como, de acordo com as fontes conhecidas, Lutero conseguiu agir historicamente?

1.1.1 Lutero, um intelectual ativista; ou: o conceito do intelectual moderno

Aos 29 anos, Lutero tornou-se professor de Sagrada Escritura na então recém-fundada Universidade de Wittenberg (1502). Dois fatores surgem quase no mesmo momento em que se inicia a atuação pública de Lutero: a imprensa e o público universitário. Voegelin observa que

⁴ Em julho de 1505 Lutero ingressa no Convento Negro Ermitão de Santo Agostinho de Erfurt.

⁵ Já em 1508 Lutero é enviado por Staupitz para assumir a cadeira de professor suplente da cátedra de Filosofia Moral. Ele ainda não havia concluído o seu bacharel em Teologia quando retorna para Erfurt como professor de Teologia Dogmática dentro da sua Ordem.

⁶ Em julho de 1519 acontece o Debate de Leipzig entre Lutero e Eck, momento em que Lutero desafia publicamente a autoridade dos concílios e do papa.

“a fundação recente de Wittenberg é em parte responsável pela união do trio Lutero, Melanchthon e Carlstad” (2014, p. 258). Também foram colegas destes três importantes nomes, João Von Staupitz e os irmãos Jerônimo e Agostinho Schurff.

O ambiente de grande circulação de ideias foi determinante para a disseminação das ações de Lutero. “No ápice da atividade de Lutero, houve períodos quando todas as editoras alemãs estavam tão ocupadas em imprimir seus tratados, sermões e traduções da Bíblia, que ele tinha quase um monopólio da publicação” (VOEGELIN, 2014, p. 257). Quem, além de Lutero, contava com tantos recursos para colocar em circulação suas ideias?

Eram muitos os seus escritos. Segundo DAWSON (2015, p. 115), “o estudo de Lutero conta com muitas dificuldades. A primeira é a quantidade de escritos; a segunda, é a falta de caráter sistemático - todos os escritos, exceto a Bíblia e o catecismo, são ocasionais e controversos; em terceiro lugar, está o amor pelo paradoxo [...]”.

Mesmo com essas dificuldades, atestadas por vários autores, se há uma ação de Lutero que devemos destacar são os seus muitos escritos, o que demonstra sua atuação como um intelectual moderno. A Reforma de Lutero, por assim dizer, mobilizou mais a imprensa.

Ela faz rodar as prensas a grande velocidade: bíblias, livros de orações em língua nacional. Nas Alemanhas, onde o protesto luterano se difunde, multiplicam-se as oficinas; em pouco tempo, contam 60 por cento das prensas da cristandade. Elas tornam-se – cinco séculos depois da China – o berço da imprensa de caracteres móveis. O eixo do Reno transforma-se, na expressão de Pierre Chaunu, na “rua dos tipógrafos”. Esta supremacia não tem, aparentemente, nada a ver com a técnica, mas tem muito a ver com a revolução religiosa que ocorre nesta zona. É verdade que ao livro de propaganda luterana, e logo a seguir a calvinista, responde o livro de propaganda católica. A controvérsia alimenta-se a si própria. Nem todos os tipógrafos são forçosamente protestantes. Contudo, na realidade, esse é o caso mais frequente. Mais de metade dos livros impressos nos anos 1517-1525 são acerca de assuntos religiosos. Dentro destes, 80 por cento fazem parte da corrente luterana. No vale do Reno, nove em dez tipógrafos difundem uma produção intelectual liberta do Magistério da Igreja. (PEYREFITTE, 1995, p. 56)

Lutero conta com o monopólio da publicação dos seus escritos. Pode-se dizer que, sejam admiradores, sejam críticos, muitos conhecem seus textos. Alguns dos quais passam por dezenas de reedições, impressas nas cidades de Wittenberg, Nuremberg, Augsburgo, Basiléia e Estrasburgo.

A sua tradução da Bíblia para o alemão está entre as mais notáveis. Ressalte-se que a primeira tradução da Bíblia para o alemão não foi feita por ele como é comum se falar, foi feita

doze séculos antes dele por Ulfilas⁷, inventando um alfabeto que a língua não possuía. Apesar disso, os historiadores afirmam: Lutero é um gênio da língua alemã moderna.

O valor dos escritos de Lutero é notado por parte dos historiadores da língua alemã, e, mesmo já sendo uma tese inadmissível, ele chegou a ser considerado o criador da língua alemã moderna. Carpeaux afirma:

Como estilista é incomparável. Nos seus folhetos polêmicos, revela-se o maior jornalista dos tempos modernos, e na tradução da Bíblia, por mais defeituosa que seja do ponto de vista da filologia, o domínio da língua para a qual traduz é assombroso. Lutero é o maior escritor da língua, o Dante da literatura alemã. (2012, p. 199)

Seguindo as indicações de Carpeaux, observa-se que Lutero faz parte de uma classe que mais tarde veio a ser chamada pelos historiadores de: intelectuais modernos. Os jornalistas, escritores, oradores, propagandistas, professores, padres, formam uma classe imensa, que não tem meios de poder direto, nem as qualificações técnicas para exercer nenhuma função econômica produtiva, mas que tem as qualificações para progredir na burocracia. Aquelas mesmas vislumbradas pela família de Lutero ao preferir para ele uma carreira temporal lucrativa no lugar de um convento aos vinte e dois anos de idade. Lutero conseguiu. Ele era ao mesmo tempo um orador do tipo propagandista, um jornalista que é padre. Alguém com um poder de persuasão visto em poucos estrategistas ao longo da história do Ocidente.

Transformando-se em um intelectual ativista, na prática, “Lutero sabia como convocar o sacerdócio do homem cristão contra o direito canônico e o sacerdotalismo” (SABINE, 1964, p. 351, 352). Este mesmo “homem cristão”, por seu dever de consciência, mais tarde será convocado por Lutero para lutar contra os turcos, assim como fizeram o papa e o imperador. Mas isto se verá no último capítulo.

Esse é Lutero na sua atuação pública: padre, professor, propagandista, orador, escritor e o maior jornalista dos tempos modernos. O primeiro intelectual da sua época a usar a mídia de massas para propagar as suas ideias. Independente da consequência direta da atividade do Lutero escritor, como o fato de ser o maior escritor da língua alemã na modernidade, sem dúvida o que foi determinante veio da sua atuação como um intelectual moderno.

⁷ Criador do alfabeto gótico.

1.1.2 O Debate em Leipzig

O tópico anterior aponta para o Lutero que é um intelectual moderno alguém que, como ele mesmo confessa, às vezes pode ter perdido o debate do ponto de vista técnico, mas o ganhou do ponto de vista social; isto é, as suas ações saíram vitoriosas dos debates, como se verá neste tópico.

A Igreja já estava dividida no tempo de Lutero. A disputa entre Lutero e Eck⁸ deixou claro que o reformador fez dos cismas um problema, mesmo não tendo intenção declarada de criar outros. Diga-se desde já que não se fará uma exposição das contendas teológicas travadas entre Lutero e Eck no debate ocorrido em Leipzig. A grande questão da disputa foi a seguinte:

Era o papado uma instituição divina ou humana? Se era de instituição divina, então, na verdade, o que seria das igrejas orientais que não reconheciam e nunca tinham reconhecido a autoridade de Roma? Eram heréticos os orientais? Mas nesse caso estariam condenados todos os santos e padres dos gregos? Lutero perguntou se o papa tiraria do céu os grandes Basílio e Gregório Nazianzeno. Esse era um ponto difícil para Eck, que mostrou alguma boa vontade ao deixar apenas os homens gregos comuns irem para o inferno. (VOEGELIN, 2014, p. 260)

Sabe-se que o Debate de Leipzig foi um dos momentos decisivos da carreira de Lutero. Eck desejava muito este debate porque queria alguma projeção na sua carreira de professor. Assim, afirma o estudioso luterano Reinhold Seeberg (1965, p. 225, tradução nossa):

A Disputa de Leipzig leva Lutero à convicção de que o papa e os concílios podem errar e que as Escrituras são a única autoridade reconhecida na Igreja. As barreiras externas que até então restringiram o espírito de Lutero são demolidas. Os olhos dos homens educados e de todos os defensores da Reforma agora convergem em sua pessoa. Ele é reconhecido como um profeta. Sua causa já não é um mero concurso teológico; é a causa do povo. Assim, estimulado e sustentado pelos anelos e esperanças de seu povo, ele entra no maior ano de sua vida, 1520.

Portanto, uma vez mais, segundo Seeberg, assinala-se que a Disputa de Leipzig foi um momento decisivo da atuação pública de Lutero. As decisões que o reformador tomou do Debate de Leipzig em diante são de valor incalculável para si e para o mundo. A partir daí, seja

⁸ John Eck e Fr. Martinho Lutero, os dois grandes antagonistas desta guerra teológica, enfrentaram-se como dois heróis homéricos ou como dois gladiadores, do dia 4 ao dia 14 de julho, com pausas somente aos domingos. (GARCIA-Villoslada, 2017, p. 423, tradução nossa)

humanista, místico ou um mero reformador social, todos procuram a direção das mãos de Lutero.

Apesar disso, por muitas vezes ter condenado a ação de autoridades desses grupos ele acabou perdendo muito da sua popularidade. Este aspecto ficará mais claro no capítulo dois da dissertação.

O Debate de Leipzig revela muito mais do que uma controvérsia teológica. Revela o de que os dois debatedores precisariam saber para travar tal disputa. Eric Voegelin afirma que em Leipzig

veio à luz uma verdade de fato, embora nenhum dos disputantes fosse capaz de formulá-la explicitamente: a verdade de que o cristianismo como uma religião histórica se tornara diferenciado de acordo com áreas civilizacionais do Mediterrâneo, que a doutrina cristã é parcialmente um crescimento histórico refletindo as diferenças civilizacionais da humanidade, e que o problema da diferenciação histórica não pode ser estabelecido por declarações mútuas de ortodoxia e heresia. (2014, p. 260)

Dito de outro modo, faltou sutileza ou conhecimento desse ponto específico aos dois debatedores. Poucos dias antes do debate, Lutero publicou um pequeno tratado (*Resolutio Lutheriana*), propagando o que seria sua tese principal no debate: impugnar o primado do bispo de Roma.

Tendo em vista Wycliff na Inglaterra e Huss na Boemia, sabe-se que este não era um problema novo. Ressurgindo, na ocasião, para Lutero e Eck, parecia ser o único instrumento doutrinal para lidar com a questão. Para os estudiosos católicos, as questões de Lutero em Leipzig não são dignas de um professor de Teologia. Para alguns estudiosos luteranos, essas questões são insolúveis. Para Lutero, todas são respondidas pelas Escrituras. Exprimindo o posicionamento de que as consciências só podem ser examinadas pelas Escrituras Sagradas, ele vence o debate, conforme já dito, ao menos do ponto de vista social.

A partir da Disputa de Leipzig, constituem-se autoridades rivais, decorrentes do encontro de duas teologias opostas: a tradicional, representada por Eck, e a nova, representada por Lutero. Surge, então, uma vasta literatura partidária.

Sem dúvida, depois do Debate de Leipzig, as ações de Lutero começaram a ser compartilhadas com maior vivacidade. Humanistas, juristas, conselheiros de príncipes, doutores de grandes universidades começaram a contribuir com Lutero para o seu triunfo.

Para se ter ideia,

Em 1521 chegam em Wittenberg, com a intenção de entregar-se de corpo e alma à causa luterana, dois eclesiásticos de grande cultura teológica e canônica, amigos íntimos do Reformador, pregadores zelosos e organizadores ativos do luteranismo em diversos países germânicos: Juan Bugenhagen de Pomerania (1485-1558) e Iustus Ionas (Iodocus Koch, 1493-1555). (GARCIA-VILLOSLADA, 2016, p.422)

Trata-se de nomes importantes em disputas políticas travadas uma década após o debate. E é extensa a lista de homens doutos que saíram das suas universidades e mosteiros para saudar o reformador e apoiar o luteranismo.

1.1.3 O Apelo “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”

Voegelin afirma que o Apelo é “a maior peça de dano político já maquinada por um homem” (2014, p. 288). Este texto de Lutero, pela sua importância, será bastante evocado ao longo deste trabalho.

O famoso Apelo

talvez tenha sido o mais efetivo de todos os escritos polêmicos de Lutero. Apela, com eloquência abrasadora, para duas forças revolucionárias muito fortes na Alemanha naquele momento – à queixa de longa data da Alemanha contra Roma e aos sentimentos anticlericais da nobreza contra os padres. (DAWSON, 2015, p. 117 e 118)

Pode-se dizer, ainda, que em 1520 o ataque de Lutero às indulgências já havia se transformado numa revolta alemã. O tratado, de valor determinante, foi escrito pouco depois.

O valor deste tratado como uma teoria de sociedade cristã dificilmente foi reconhecido em sua totalidade. É a afirmação mais abrangente da doutrina social de Lutero e do programa de reforma; é cuidadosamente organizado em uma introdução teórica seguida de uma lista de gravames, e finalmente por uma longa lista de sugestões para reforma, compreendendo 27 artigos com amplas subdivisões.

O título do tratado já em si está carregado de implicações revolucionárias. Refere-se à “melhoria do estado cristão” e então levanta a questão crucial concernente à natureza deste “estado”. Lutero não dá uma definição formal, mas já nas primeiras páginas emergem distinções tais como “o estado leigo”, o “estado espiritual” e o “estado cristão”. O contexto mostra que o estado espiritual significa o clero, ao passo que o estado temporal significa a nobreza; o estado cristão, então, significa o povo em geral, à medida que não ocupa posições de autoridade, espiritual ou temporal. (VOEGELIN, 2014, p. 273)

Portanto,

a ‘melhoria’ do estado cristão pode ser estendida (1) a uma reforma de dogma, ritual e constituição da igreja universal, (2) a uma reforma da igreja nacional alemã, similar à autonomia do galicanismo e do anglicanismo, e (3) a reformas sociais e econômicas na cena nacional alemã. (VOEGELIN, 2014, p. 274)

A concepção de Estado segundo Lutero será analisada com maiores detalhes no último capítulo desta pesquisa. Seguindo as indicações de VOEGELIN e de vários outros pesquisadores, pode-se afirmar que não há uma definição formal e delimitada de Estado na obra de Lutero. Os textos apresentam suas ideias sobre as autoridades, a política e o governo em linguagem teológica. Os textos sobre esses assuntos, traduzidos para o português pela Comissão Inter-luterana, estão reunidos no Volume 6 das “Obras Seleccionadas de Martinho Lutero” e divididos em algumas categorias como: Fundamentação da Ética Política; Governo; Guerra dos Camponeses; Guerra contra os Turcos; e Paz Social. Estes textos serão referenciados ao longo da dissertação.

Já “À Nobreza Cristã da Nação Alemã, Acerca da Melhoria do Estamento Cristão”, aparece no Volume 2 das Obras Seleccionadas.

Sem dúvida, este é um tratado que merece muita atenção. É nele que Lutero formula o sacerdócio universal de todos os crentes, apresenta suas ideias sobre as relações entre o Cristianismo e o Estado, o livre exame das Escrituras, a derrubada de todo direito canônico e faz seu ataque ao papado, afirmando que “nunca saiu, nem jamais sairá algo de bom do papado e de suas leis” (OSel, 2, 2011, p. 314).

Sabe-se que, “para Lutero, a vida do cristão se desenvolve em duas esferas - a espiritual e a temporal” (DILLENBERGER; WELCH, 1954, p. 59, tradução nossa). Assim, Deus teria estabelecido dois tipos de governo entre os homens: o espiritual, usando a Palavra para que os homens se tornem bons; e o secular, que faz uso da espada com esse mesmo objetivo. O ofício imperial, conforme praticado na Idade Média, foi reafirmado por Lutero: “O poder temporal tornou-se um membro do *corpus* cristão; e, embora seu trabalho seja de uma natureza corporal, seu estado é espiritual” (OSel, 2, 2011, p. 314).

Assim, uma vez mais, percebe-se pelo contexto que “o estado cristão é identificado com a “igreja”; e a nobreza cristã deve ajudar a “igreja”, já que o clero parece não estar querendo fazê-lo” (VOEGELIN, 2014, p. 273). Lutero, nesse sentido, afirma que “Deus nos deu a todos um entendimento cristão, e principalmente à nobreza cristã da nação alemã uma autêntica coragem espiritual para ajudar à pobre Igreja da melhor forma possível” (OSel, 2, 2011, p. 340).

Dessa forma, Lutero ataca duramente o magistério da Igreja, enfatizando que, se há igualdade de ofício, cada cristão tem autoridade para interpretar a Escritura. Curiosamente,

Lutero teria ficado surpreso quando Thomas Müntzer, que tão logo o ouviu debater em Leipzig quis conversar com ele, e os “profetas” de Zwickau afirmaram falar diretamente com Deus, dispensando o estudo da Escritura.

Há também, nesse mesmo texto, muitos ataques de Lutero contra Aristóteles. De acordo com VOEGELIN, “no antifilosofismo de Lutero podemos sentir o elemento de destruição civilizacional como característica dos movimentos sectários” (2014, p. 280).

Nesse sentido, Lutero, em 1520, como um pensador político, criador de um programa que defendia uma nova ordem social, também vê suas ações culminando com o massacre de camponeses. Sem dúvida, esse é um aspecto importante para as ideologias políticas da modernidade, conforme será melhor explicado no tópico “O divórcio entre as linhas de ação”, do Capítulo 2.

Pode-se reafirmar, de todo modo, que o seu desejo era criar uma sociedade cristã nacional. Na prática, essa era a Reforma que Lutero queria fazer. Entretanto, um programa dessa envergadura não poderia ser realizado em poucos anos, mas levaria séculos. Tampouco, conseguiria manter-se sempre pacífico, como se verá nos próximos tópicos.

1.2 No que consistiu a ação histórica de Lutero

Considerando o que foi exposto até aqui, deve-se indagar: quais foram as consequências diretas das atividades de Lutero, especialmente a partir de 1520? Quando é que uma ação humana chega a ter um alcance histórico a ponto de alterar o destino de sociedades inteiras?

Lutero naturalmente tinha a escolha de escrever ou não textos. Quando, por exemplo, ele escreve, em 1523, “Da Autoridade Temporal, até Onde o Homem Deve Obediência”, apresentando sua visão sobre a autoridade temporal, o poder decisório passa a ser compartilhado com outras pessoas; portanto, essa ação passa a ter um alcance histórico que, de fato, alterou o destino de sociedades inteiras.

Esse aspecto trata da ação de Lutero que se estende para além das suas ações individuais. São ações que foram retomadas e passadas adiante resultando em que vários doutores, professores, juristas e autoridades políticas declararam oficial e publicamente seu apoio ao reformador. Tendo isso em vista, os próximos tópicos tratarão dos desdobramentos das ações políticas de Lutero nos momentos mais decisivos da Reforma.

1.2.1 Católicos e Luteranos

Nesse período, ocorre a organização das Igrejas Luteranas, processo iniciado com a primeira Dieta de Espira.

Com o passar dos anos a Liga Católica de Dessau (1525) e a Liga Evangélica de Gotha-Targau (1526) dão início à divisão político-religiosa do Império Alemão que foi o primeiro arranjo social ocorrido. Apesar de Lutero ter perdido parte de seu apoio, por causa da Guerra dos Camponeses, o luteranismo continuou avançando.

Na Dieta de Espira, solenemente aberta em 25 de junho de 1526, passou-se a deliberar sobre os problemas da cristandade dividida. As propostas de Carlos V que pudessem parecer contrárias à liberdade de discussão foram amenizadas ou mesmo silenciadas, o que teve pouco resultado, já que, ao final, as comissões decidiram enviar uma embaixada ao imperador solicitando a suspensão da aplicação do Edito de Worms, até que se reunisse um concílio geral. O partido católico, que era o maior, não ficou satisfeito. O partido evangélico, pelos mesmos motivos, também não.

Lutero, como se notará ao longo desta pesquisa,

negava aos príncipes seculares todo direito de intervir em questões religiosas e até mesmo de serem protetores da religião, já que há algum tempo que, por razões de conveniência, e contra suas próprias convicções, haviam feito, de sua igreja livre e evangélica, uma escrava dos príncipes, ele a fez independente de Roma, para entregá-la de pés e mãos atados, ao desejo da autoridade civil. (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 270, tradução nossa)

Assim, ficou a pergunta: quem deveria assumir a direção externa dessa Igreja livre de Roma? Antes de 1525, quando todos os príncipes afirmavam-se católicos, Lutero provavelmente não considerava essa possibilidade, mas naquele momento havia a Saxônia, Hessen, Prússia e outros pequenos estados e cidades que haviam abraçado a causa luterana. Contudo, quando os próprios príncipes que apoiavam o reformador passaram a reprimir “as abominações externas” praticadas pelos católicos, Lutero, que negava esse direito aos príncipes, justifica-o afirmando que é próprio dos príncipes reprimir delitos públicos. No caso, o que ele chama de delito público é a missa católica.

Em 1529 tem início a nova Dieta de Espira, quando surgem os Protestantes, que são todos os partidários da Reforma: luteranos, zwinglianos e quaisquer outras tendências.

O que se vê depois disso são as reações católicas. “As últimas tentativas de reconciliação entre Roma e o grupo luterano se produziram na Dieta de Augsburgo, em 1530, e no Concílio

Eclesiástico de Ratisbona Regensburgo, em 1541” (DILLENBERGER; WELCH, 1954, p. 82, tradução nossa). Sabe-se que estas tentativas não funcionaram. A solução veio com o reconhecimento das duas religiões.

Isto se realizou mediante o princípio do territorialismo, a saber, que a religião de um território deveria ser a de seu governante. As duas religiões não podiam existir juntas coexistir livremente. Uma pessoa podia mudar-se para outro território, e muitas o fizeram, se onde vivia, a religião não fosse a sua. Ademais, a Paz de Augsburgo, de 1555, reconheceu somente luteranos e católicos romanos. A exclusão dos outros grupos protestantes chegou a ser mais tarde uma das causas que contribuíram para a Guerra dos Trinta Anos. (DILLENBERGER; WELCH, 1954, p. 82, tradução nossa)

1.2.2 Reis e príncipes, “bispos por necessidade”

Uma vez que a Cúria Romana não iria corrigir as deficiências que a afligiam, as esperanças de Lutero, com vistas à purificação da Igreja, recaíam necessariamente sobre os governantes seculares. A responsabilidade de frear os injustos seria dos príncipes. Se no “Apelo à Nobreza” Lutero diz o que esses príncipes deveriam fazer para a Reforma e num outro texto de 1523, “Da Autoridade Secular”, até que ponto se lhes deve obediência, diante das circunstâncias o reformador passa a indicar o que esses mesmos príncipes não deveriam fazer.

A primeira coisa, conforme formulado no início do seu texto, é que essas autoridades não deveriam proibir que os seus livros fossem lidos, ensinamento que se repete no texto da seguinte forma:

Se, pois, teu príncipe ou senhor temporal te ordenar que te coloques do lado do papa, ou que creias isto ou aquilo, ou se te ordenar entregar livros, debes dizer-lhe: “Lúcifer não tem o direito de assentar-se ao lado de Deus. Amado senhor, é meu dever obedecer-vos com corpo e bens. Dai-me ordens na medida do vosso poder na terra, e obedecerei. Contudo, se me ordenais crer e entregar livros, não obedecerei. Pois nesse caso sois tirano e vos excedeis. Dais ordens onde não tendes nem direito nem poder”. (OSel, v 6, 1996, p. 102)

Depois, ensina que “a espada e o direito secular sejam usados para castigar os maus e proteger os piedosos” (OSel, v 6, 1996, p. 83). Os piedosos, de acordo com ele, pertencem ao Reino de Deus, são os verdadeiros crentes, por isso “não necessitam dos príncipes, reis ou senhores, nem de espada nem de lei” (OSel, v 6, 1996, p. 85). Mas, no mundo, “os maus sempre superam os justos em número” (OSel, v 6, 1996, p. 87). Portanto, deve-se admitir os dois regimes, o temporal e o espiritual, matéria que ficará mais clara no último capítulo.

Ainda sobre os reis e príncipes no contexto da Reforma, sabe-se que:

Lutero apegava-se ainda, é verdade, ao antigo subterfúgio de que se tratava de expediente temporário e necessário para enfrentar uma emergência. Reis e príncipes, diz ele, são ‘bispos por necessidade’. Mas o resultado prático do rompimento com Roma foi que o próprio governo secular tornou-se o agente da reforma e o árbitro efetivo daquilo que ela deveria ser. (SABINE, 1964, p. 352)

Entende-se, assim, que Lutero efetivamente dependia dos príncipes para obter o êxito que tanto esperava para a Reforma. Nesse sentido, SABINE (1964, p. 352) afirma que

Lutero, de fato, não se interessava muito pela política, exceto na medida em que os acontecimentos forçavam-no a prestar-lhe atenção, ao passo que, por temperamento, sentia o maior respeito pela autoridade civil; (...) sentia profundo respeito pelo cargo, como tal, e não confiava absolutamente na massa.

O reformador demonstra o alcance limitado da autoridade secular. “Se, pois, o regime espiritual da Igreja só governa as coisas notórias, como então se aventura o insensato poder secular a julgar e dominar uma coisa tão oculta, espiritual e secreta como a fé?” (OSel, v 6, 1996, p. 99) E diz mais: “Queres saber por que Deus leva os príncipes temporais a errar tão horripelantemente? Pois eu to direi: Deus lhes perverteu os sentidos e quer exterminá-los como exterminou os aristocratas eclesiásticos” (OSel, v 6, 1996, p. 100). Lutero trata de mostrar que o regime secular é tão decadente quanto o regime eclesiástico. De acordo com ele, “Por isso Deus também lhes perverte a mente, de modo que procedem de forma absurda, arvorando-se a exercer domínio espiritual sobre as almas, enquanto os outros querem governar secularmente” (OSel, v 6, 1996, p. 100). O que se conclui dessas passagens? Na parte final do texto, Lutero expõe como o príncipe deve usar a sua autoridade. Esse é precisamente o seu programa de reforma.

SABINE observa que

A derrocada da Igreja universal, a supressão das suas instituições monásticas e das corporações eclesiásticas e a abrogação do direito canônico eliminaram os mais fortes controles, sobre os quais se fundamentara o poder secular na Idade Média. O destaque dado por Lutero ao puro intimismo da experiência religiosa inculcou uma atitude de quietismo e aquiescência diante do poder mundano. A religião talvez tenha ganhado em espiritualidade, mas o Estado indubitavelmente ganhou em poder. (1964, p. 353)

Sendo assim, o apelo de Lutero para que a autoridade secular tomasse a frente para melhorar o estamento cristão consistiu nisto: mais poder ao regime secular.

Sobre essa questão, afirma JOUVENEL:

Os doutores reformadores trazem essa oferenda aos príncipes reformados. Assim como o Hohenzollern que regia a Prússia como Grande Mestre da Ordem Teutônica se valeu dos conselhos de Lutero para declarar-se proprietário dos bens que lhe cabia administrar, assim também os príncipes, rompendo com a Igreja de Roma, aproveitaram para tomar como propriedade o direito soberano que até então lhes fora reconhecido apenas como mandato sob controle. O Direito Divino, que estivera no passivo do Poder, tornava-se um ativo. (1972, p. 54)

A consequência direta dessa atitude de Lutero pode ser vista mais claramente na Guerra dos Camponeses.

1.2.3 A Guerra dos Camponeses

Trata-se de uma história remota. Alguns estudiosos afirmam que foi a maior insurreição rural na história da Europa. Conforme aponta GARCÍA-VILLOSLADA, “sublevações camponesas deste tipo eram frequentes no Império, mas todas fracassaram. A de 1431 na Renania, a de 1462 em Salzburgo, a de 1486 na Baviera e Alsacia, a de 1492 em Kempten, a do ano seguinte em Estrasburgo... e outras mais” (2017, p. 200, 201, tradução nossa). Mas sem dúvida a de 1524-25 foi a mais violenta e sangrenta de todas. Os números mostram essa realidade.

As causas para a guerra são conhecidas. A situação precária dos mais pobres, embora suas condições de vida fossem melhores do que cem ou duzentos anos antes; e as queixas de artesãos e pequenos burgueses contra os grandes empresários e os que praticavam a usura. As importações também são causa da insatisfação dos camponeses, porque privilegiavam o comércio de produtos estrangeiros. Ou seja, as inquietações sociais deram origem à guerra, mas não se pode negar que, de um lado, muitos pregadores luteranos marcharam carregando a bandeira do luteranismo e, de outro, o partido de Muntzer também fez levantar sua bandeira. Portanto, houve também um fortíssimo componente religioso.

É verdade que

Lutero não queria que o Evangelho se propagasse com a força, a fogueira ou a espada. Porém, não eram seus filhos, ainda que espúrios, Karlstadat e Munzer? E outros revolucionários? Não deu ele ocasião e ainda estímulo a violências cruentas ao afirmar em certos escritos de 1522 que não importa o estalido de uma revolução, porque é preferível o assassinato de todos os bispos – ídolos satânicos – e a destruição de todos os conventos – antros infernais –

a que se perca uma alma (em sua opinião, está claro); que merecem louvores, como verdadeiros filhos de Deus, os que arriscam sua vida para aniquilar o governo dos bispos e as instituições do demônio? (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 203, tradução nossa)

Por conta disso, alguns estudiosos concluem que Lutero plantou o vento da revolta, e a tempestade não demorou a chegar. A religião foi o impulso das revoltas contra todas as reclamações sociais. Ela colocou em ebulição todos os outros componentes de insatisfação. Primeiro atingiu as igrejas, mosteiros e autoridades eclesiásticas, depois, os castelos e os príncipes. LOMBAERDE, padre de ofício, afirma que “mais de 1.000 castelos e mosteiros foram arrasados, sendo preciso usar da força armada para deter os rebelados” (2015, p. 89).

Já ENGELS observa que “foi o clero quem mais sofreu as consequências da guerra camponesa” (1975, p. 156). Isso porque a propaganda da guerra havia secularizado os bens da Igreja, isto é, toda a riqueza que deveria pertencer de fato à Igreja. Somente diante disso é que as autoridades se deram conta da gravidade da situação. “A reação dos príncipes tornou-se então decidida, e aproximadamente 50.000 camponeses caíram vítimas da luta” (LOMBAERDE, 2015, p. 89). Com isso, os bens da Igreja não tardaram em cair nas mãos dos príncipes e patrícios protestantes.

Pode-se apontar que, de um lado, para os líderes da revolta as injustiças sociais eram pecados gravíssimos, que, portanto, deveriam ser reprimidos. De outro, Lutero exortou os príncipes a matarem os lavradores como a cães danados. Os desdobramentos são amplamente conhecidos. Por toda parte, de ambos os lados, havia crueldade, brutalidade e falta de misericórdia. Pergunta-se, afinal, “onde estavam os nobres quando Adão cavou e Eva plantou?” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 201, tradução nossa). Da mesma forma, a nobreza sofreu com a guerra. Castelos foram reduzidos a cinzas e famílias, arruinadas, vendo-se obrigadas a pedir apoio aos príncipes protestantes.

Lutero excitava o povo contra a autoridade e a autoridade contra o povo. Para Lutero, o povo e a autoridade eram, ao mesmo tempo, ladrões e velhacos, cada um a seu modo.

O programa a ser seguido pelos camponeses da Suábia encontra-se nos “Doze Artigos”, publicados em março de 1525 em Augsburgo. De firme fundamento bíblico, “começa dizendo que estas guerras e sublevações camponesas não são fruto da pregação do evangelho, porque a mensagem de Cristo é amor, paz, paciência e concórdia” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 206, tradução nossa). Anexada aos doze artigos, estava uma lista com os nomes de Lutero, Melancton, Zwinglio, Osiander, Zell e outros. LOMBAERDE afirma que “outros, dirigidos por Helferich, apresentaram trinta artigos, quase inteiramente colhidos nos livros de Lutero, a

ponto de o 28º artigo fazer jurar inimizado a todos os que não aderissem ao reformador” (2015, p. 89).

Seguramente Lutero tinha um exemplar dos “Doze Artigos” em mãos, pois ele escreve uma resposta, a pedido do Conde Alberto Mansfeld, e a publica no livro “Exortação à Paz a Propósito dos Doze Artigos dos Camponeses da Suábia”, que teve não menos que dezessete edições. O conteúdo do texto dá conta de que Lutero primeiro apoia os camponeses nas suas reivindicações, depois que os camponeses não deveriam revoltar-se contra as autoridades sociais.

Se quiserem vencer em seu propósito, apesar de terem contra si tanto o direito divino do Antigo Testamento e o direito cristão do Novo Testamento quanto o direito natural, deverão inventar uma nova ordem especial de Deus, confirmada com sinais e milagres, que lhes dê mandato e poder para procederem desse modo. Do contrário, Deus não permitirá que sua palavra e ordenança sejam quebradas pela violência de vocês. (OSel, v 6, 1996, p. 314)

A partir da leitura do texto, fica evidente que as palavras mais duras são dirigidas aos camponeses, uma vez que “a rebelião é, sem dúvida, uma especial insinuação do diabo” (OSel, V 6, 1996, p. 476).

É nesse momento que, segundo Engels, Lutero joga com a sorte do seu país, uma vez que havia populares insatisfeitos e governantes aguardando a oportunidade de fazerem valer suas demandas. Lutero atraiu para si forças opostas. Há aqui outra perspectiva da revolta:

Pôs de parte os elementos populares do movimento para se unir ao séquito burguês, aristocrático e monárquico. Emudeceram os chamamentos à guerra de extermínio contra Roma. Agora, Lutero recomendava a evolução pacífica e a resistência passiva. (Veja-se, por exemplo, “À Nobreza da Nação Alemã”, 1520, etc) Quando Hutton o convidou a visitá-lo e a Sickingen no castelo de Ederburg, que era o centro da conspiração da nobreza contra os curas e os príncipes, Lutero respondeu-lhe: ‘Não quero que o Evangelho se imponha pela violência e vertendo sangue. O mundo foi ganho pela palavra, a Igreja pela palavra foi instituída e pela palavra renascerá e o Anticristo, tendo-o conseguido sem violência, cairá sem violência’. (ENGELS, 1975, p. 58-59)

Trata-se de uma acusação séria, segundo a qual Lutero seria um representante da burguesia que teria se convertido em servidor dos príncipes. Na prática, tendo definido o seu partido na Guerra dos Camponeses, Lutero começa a decidir o que reformar e o que conservar, atitude que, segundo Engels, culminou com a Confissão de Augsburgo.

ENGELS afirma que

Ao estalar a guerra de camponeses em regiões onde príncipes e a nobreza eram na sua maioria católicos, Lutero procurou adotar uma atitude conciliadora. Voltou-se contra os governos atribuindo-lhes as culpas da insurreição devido à opressão que exerciam. Segundo ele, não eram os camponeses que opunham resistência, mas sim o próprio Deus. Por outro lado, a sublevação era também ímpia e contrária ao Evangelho. Finalmente, aconselhou ambos os lados a que fizessem muitas concessões e se reconcilhassem. (1975, p. 60)

Lutero, ao menos neste caso, estaria bem alinhado ao papa, já que para o reformador “É melhor sofrer a injustiça de um tirano, isto é, da autoridade, do que sofrer injustiça de inumeráveis tiranos, isto é, do populacho” (OSel, V 6, 1996, p. 374).

Na prática, quem saiu ganhando com a guerra foram os príncipes.

Foram estes os únicos que puderam ganhar alguma coisa com a guerra dos camponeses. Ganharam, não só por os seus rivais, o clero, a nobreza e as cidades, se debilitarem, mas também por ficarem com a melhor parte dos despojos. Os bens eclesiásticos foram secularizados em seu benefício, uma parte da nobreza mais ou menos arruinada teve de se acolher à sua soberania; as indenizações das cidades e dos camponeses vieram aumentar as suas receitas; além disso, as oportunidades de praticar as suas operações financeiras prediletas aumentaram de maneira insólita, ao suprimir-se a grande quantidade de privilégios das cidades. (ENGELS, 1975, p. 158-159)

Por óbvio que pareça, é importante destacar que Lutero sabia de todas essas implicações. Na sua “Carta aos Príncipes da Saxônia”, de 1524, o reformador denunciou publicamente Muntzer, a quem compara o inimigo turco, nos seguintes termos:

Tudo isso o diabo vê e se dá conta de que essa fúria toda não dá resultado. Ele sente e nota que (como é próprio da palavra de Deus) quanto mais ela é combatida, tanto mais ela se difunde e cresce. Por isso ele ataca também com falsos espíritos e seitas. Contra eles temos que nos defender e não nos deixar enganar. De fato, terá que ser como Paulo disse aos coríntios: “É necessário que haja seitas, para que também os aprovados sejam revelados” (1Co 11.19). Assim, depois que foi expulso, o diabo vagou durante um ou dois anos por lugares ermos, à procura de sossego, sem, no entanto, encontrá-lo, e se estabeleceu no principado de V. A. P., fez seu ninho em Allstedt e pretende lutar contra nós à sombra de nossa paz e proteção. (OSel, V 6, 1996, p.287-288)

Portanto, é em torno de Lutero que giram tanto a Revolta dos Camponeses quanto a Sublevação da Nobreza. Para ENGELS,

As múltiplas e divergentes tendências dos cavaleiros e dos burgueses, dos camponeses e dos plebeus, dos príncipes que ansiavam por uma plena soberania e das camadas inferiores do clero, das seitas místicas clandestinas e da oposição constituída pelos escritores eruditos e satíricos-burlescos,

encontraram nessas teses uma expressão comum, em redor da qual se agruparam com uma rapidez surpreendente. (ENGELS, 1975, p. 95)

Lutero em princípio foi favorável aos príncipes de quem buscou apoio para impor o seu programa de reforma, caso o povo não o aceitasse. Depois, voltou-se para o povo, imaginando que o mesmo efeito poderia ser produzido por um movimento popular, o qual, quando efetivado, mostrou-se desastroso, a ponto de Lutero logo considerá-lo imperdoável e manifestar seu apoio aos príncipes, a quem, publica ou secretamente, passou a pedir para apunhalar, abater, matar.

1.3 O poder de ação de Lutero: uma fenomenologia do poder

Uma forma de verificar se Lutero realmente foi o responsável por suas ações históricas é analisar o poder de todas elas. Antes disso, faz-se necessário explicar o que é poder. Em linhas gerais, a tese defendida pelo professor JOUVENEL por exemplo, afirma que poder é a capacidade de se fazer obedecer, seja pela possibilidade de causar um dano a outrem, seja pela expectativa de se obter um benefício, seja, finalmente, pela capacidade de persuasão.

Sem uma compreensão do que é o fenômeno do poder, é impossível descrever uma situação política. Para tratar do poder de ação de Lutero, uma distinção precisa ficar clara: a da possibilidade concreta de ação versus a possibilidade hipotética. Lutero tinha a possibilidade hipotética de se tornar papa, uma vez que nada o impedia de fazê-lo. Mas Lutero tinha possibilidades concretas para isso, dispunha de meios para atingir esse fim?

Aqui se apresentam três dos principais meios de poder:

1. Poder político-militar, que é a possibilidade de provocar dano a outra pessoa;
2. Poder financeiro, que é a promessa de um benefício;
3. Poder intelectual ou espiritual, que está relacionado à modelagem da linguagem.

Esta terceira modalidade de poder é aquela na qual, através da linguagem, modela-se a visão de mundo de uma pessoa, de tal modo que ela, não conhecendo outras, agirá dentro das linhas que lhe foram prescritas.

Esse será o meio de poder analisado nesta pesquisa, aquele a partir do qual Lutero atua como um formador de opinião, alguém que deseja modelar o espírito das pessoas.

1.3.1 Uma ação contínua no tempo

As ações de Lutero prolongaram-se pelos séculos na forma de um poder que estende pelo tempo.

Na segunda parte do livro “La Rebelión de las Masas”, ORTEGA e GASSET apresenta a famosa pergunta: “Quem manda no mundo nesse tempo?” (2006, p. 147) O problema do mando, a capacidade de fazer outras pessoas agirem da maneira que se quer, depende de outro elemento, como, em linhas gerais, observa CARVALHO denominado por ele de “horizonte de consciência”, que é o conjunto das informações de que se dispõe e que se é capaz de transformar em estratégia e tática num prazo razoável. Isso norteou Lutero em vários dos seus escritos.

Sabe-se que alguns deles foram produzidos em poucas horas e, incrivelmente, tiveram várias edições, que se espalharam por toda Alemanha. Por isso, é possível dizer que Lutero, sem dúvida, é um dos donos do horizonte de consciência da sua época, de tal maneira que outros intelectuais se rendiam às suas ideias e as adotavam como paradigma. Alguns historiadores católicos afirmam, por exemplo, que Melanchthon era um gênio muito maior que Lutero; no entanto, era aquele que a este chamava de mestre.

Lutero conseguiu dominar o horizonte de consciência, evidentemente, através do domínio dos meios de informação e da linguagem. Ele, tal como um grande escritor, era um dos poucos intelectuais da sua época que sabia expressar em ideias a experiência sensível direta da sua realidade. De acordo com SEEBERG, Lutero

possuía a maravilhosa faculdade de experimentar nas claras profundezas de seu próprio ser todas as emoções e necessidades de sua época. No entanto, possuía, também, no entanto, em seu gênio religioso, uma energia peculiar e única que arrastava seus contemporâneos consigo, ao menos por certo tempo, como se possuísse um poder superior ao seu e exterior a ele. Havia nascido para tratar com os homens e governá-los. (1967, p. 221-222, tradução nossa)

Sobre a época da Dieta de Worms, ponto que será desenvolvido no capítulo dois, GARCÍA-VILLOSLADA afirma que,

Apesar das suas dúvidas e vacilações, se sentia orgulhoso de comparecer ante as máximas autoridades e representantes do Império Alemão para dar razão da sua doutrina. É ascender à mais alta plataforma para dar-se a conhecer e ainda fazer-se temer, porque seus partidários eram numerosos e distintos e, a poucas milhas de Worms, tinha à sua disposição capitães poderosos, dispostos a promover, se preciso fosse, um conflito bélico a em seu favor. (2017, p. 556, tradução nossa)

Esse aspecto pode ser percebido mais claramente numa obra fundamental para quem quer entender a Reforma: “Instrução dos Visitadores aos Párocos”, de 1528, escrita por Melanchthon e prefaciada por Lutero. No texto, o autor dá instruções aos que foram nomeados pela autoridade civil para visitar e verificar a situação das paróquias, de modo a constatar suas virtudes e defeitos em matéria de doutrina, oração, sacramentos, assuntos matrimoniais, a liberdade cristã, educação, justiça, leis, obediência; entre outros assuntos.

Dito de outro modo, o objetivo da obra é tornar esses agentes aptos para discernirem entre o que se deve inculcar no povo e do que se deve privá-los; o que se deve fazer ocasionalmente e o que se deve exigir diariamente; o que se deve ensinar; o que se deve ensinar direta e abertamente e o que se deve ensinar brandamente; o que não se deve admitir e o que se deve denunciar. Assim, algumas coisas devem ser mantidas, outras apenas toleradas e outras ainda absolutamente desprezadas. É nesse momento, inclusive, que mais uma vez vem à tona a exigência de Lutero para que as cidades da Alemanha criem escolas, ato que não pôde ser negligenciado seja pela igreja, seja pelas autoridades seculares.

Entende-se, portanto, que, por meio das ações discutidas neste tópico, as ideias de Lutero se perpetuaram no tempo.

1.3.2 A Confissão de Augsburgo: um novo Dogma?

Uma vez mais o Imperador Carlos V reúne-se com o clero católico para discutir a situação da Igreja na Alemanha, desta vez acompanhado pelo Cardeal Lorenzo Campeggio, que, a pedido do imperador, escreve um programa com o objetivo de dissuadir os luteranos. Na ocasião, Campeggio alerta o imperador sobre uma confissão de fé que inicialmente parecia ajustar-se aos dogmas católicos, porém no final mostra-se repleta de intenções outras.

Lutero nesse momento está na Fortaleza de Coburgo, onde permanece por cinco meses com o Eleitor da Saxônia. Aí escreve livros, traduz os salmos e os profetas e conta com o conforto de um castelo inteiro à sua disposição.

O imperador chega à Augsburgo com a sua comitiva. Na ocasião, “Campeggio e outros assessores de Carlos V se iludiam com o Eleitor da Saxônia pensando que ele voltaria à Igreja Romana. Não sabiam quanta influência Martinho Lutero exercia sobre ele” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 338, tradução nossa). Protestantes e católicos foram proibidos de fazer qualquer pregação polêmica durante a Dieta. GARCÍA-VILLOSLADA observa que,

Antes de tal proibição, João da Saxônia havia consultado Lutero sobre como deveria comportar-se na hipótese, que se temia, de que o imperador não permitisse a pregação. E o Doutor Martinho, com muito respeito à autoridade constituída, respondeu-lhe: ‘A respeito da questão de como se comportar se Sua Majestade Imperial ordenasse à Vossa Alteza Eleitoral quando mandar que em sua cidade ninguém faça isto ou aquilo. Sua Majestade Imperial não deveria proibir a pregação da pura e clara Escritura, que ademais ninguém mais prega de maneira revolucionária e fanática. Mas, se as súplicas ao imperador de nada servirem, então Vossa Alteza permita que a força prevaleça sobre o direito. (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 340, tradução nossa)

Assim, por uma clara orientação de Lutero, quando os príncipes protestantes eram convidados para participarem dos atos de culto católicos, eles negavam, “dizendo que Deus não havia instituído o sacramento para que fosse adorado” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 341, tradução nossa).

A voz do protestantismo foi ouvida em Augsburgo através de Melanchton. De firme formação humanística, seu nome foi bem aceito, inclusive pelo partido católico, que acreditava que seria possível chegar a um acordo com ele sobre as questões divergentes, porque o líder dos teólogos católicos era Erasmo, que não esteve presente na Dieta por conta de sua idade avançada, tendo, contudo, enviado seu parecer a pedido do Cardeal Campeggio. Com isso, dois amigos fraternos debateram as principais questões religiosas na Dieta de Augsburgo.

A tarefa de Melanchthon era reproduzir, de maneira atenuada, o pensamento do partido evangélico, que por sua vez era o pensamento de Lutero, na Confissão. Ele deveria mostrar que esse novo dogma nada tinha de revolucionário. “A Confissão, portanto, se propõe a apresentar a doutrina evangélica como a antiga e genuína doutrina, apoiada tanto pelas Escrituras como pelos melhores padres” (SEEBERG, 1965, p. 327, tradução nossa). E assim fez ele, vigiado de longe por Lutero.

Em 25 de junho, “a confissão de fé protestante foi lida na frente do imperador e dos príncipes. No dia seguinte, Melanchton, a enviou para seu pai e professor, cuja autoridade seguia nas coisas mais importantes” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 350, tradução nossa).

A partir daí acontece, claramente, uma mudança na autoridade política da Igreja, que será analisada no capítulo dois da dissertação. As doutrinas passaram a ser doutrinas fixas da Igreja Protestante quando eram aceitas pelo governo secular em nome da Igreja, com o Estado passando a ser o representante da Igreja geral.

Em Augsburgo, nota-se claramente que aquilo que os príncipes queriam que se pregasse em seus estados era fruto das ideias e ações de Lutero. São os dogmas luteranos e as correções dos abusos eclesiásticos segundo o programa de reforma que Lutero pensou. Em Augsburgo, os

príncipes católicos, ao menos politicamente, venceram a minoria protestante, mas o contragolpe protestante veio em Esmalcada.

1.3.3 A Liga de Esmalcada (1531)

Foi o Eleitor da Saxônia quem tomou a iniciativa de convidar todos os signatários da Confissão de Augsburgo para formarem a Liga de Esmalcada, que “chegou a ser, entre 1534 e 1541, a maior força anti-imperial dentro da Alemanha” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 379, tradução nossa). Os historiadores concordam que esta Liga teve a aprovação de Lutero. Verifica-se, assim, uma mudança na perspectiva de Lutero quanto às guerras religiosas, mudança que, mesmo não sendo objeto desta dissertação, pode ser percebida ao longo de todas as citações.

Talvez os críticos das ideias de Lutero manifestem-se de modo mais enfático acerca desse ponto. É necessário pontuar que a Antiga Igreja, que por tantos séculos perseguiu populações, jamais se desviou do seu dever submetendo-se, por exemplo, aos Imperadores Diocleciano, Juliano Apóstata, Nero, Domiciano. Na Reforma, não se verifica atitude semelhante, uma vez que se recorre às sublevações e guerras sempre que se pode. As guerras duram muito mais que a paciência das pessoas, diriam alguns historiadores católicos. Os partidários da Reforma demonstram que há maior disposição para guerras do que para mansidão e humildade verdadeiras. Assim, o Reformador de Wittenberg chega a ser acusado de genocida.

Nem o novo rei dos romanos nem o fiscal do Império com a sua Suprema Corte de Justiça puderam fazer com que o Edito de Augsburgo tivesse validade e aplicação prática nos territórios protestantes, cujos príncipes e senhores se sentiam, depois da Liga de Esmalcada, tão seguros, que adotavam uma atitude de retos. Sabiam que o imperador tinha que contar com eles para a guerra turca. (...) Os católicos deveriam tomar uma medida enérgica decidindo aplicar a lei imperial, inclusive usando a força. E a guerra da religião teria estourado, mergulhando a Alemanha em um lago de sangue. (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 384, tradução nossa)

Depois de Augsburgo, em que o imperador sofreu diversas pressões, o partido protestante, encabeçado por Felipe de Hessen, resolve pegar em armas contra ele.

Lutero, que antes dizia que nenhum príncipe deveria rebelar-se contra o imperador, muda de estratégia passando a endossar a luta armada no caso de perseguições religiosas contra os protestantes.

De acordo com Lutero,

A questão se, sem ofender a Deus ou à nossa consciência, podemos nos defender contra o imperador, caso ele tente nos subjugar, pertence antes aos advogados do que aos teólogos. Se o imperador declara guerra contra nós, ele pretende destruir nossa pregação, ou nossa religião, ou ainda invadir e misturar política pública e economia, ou seja, o governo temporal e a administração. Em todos os casos, não é mais como o imperador dos romanos, eleito legalmente; devemos considerá-lo apenas como um tirano; é, pois, fútil perguntar se podemos combater pela doutrina pura e reta e pela religião; é para nós uma lei e um dever o combate pela esposa, pelas crianças, pelos servos e súditos; somos obrigados a defendê-los contra o poder maligno. (LUTERO, 2017, p. 421)

Para o reformador, não se pode combater pela esposa, filhos, servos e súditos somente com a doutrina, ou seja, é imperativo guerrear contra um tirano. Lutero ensina que se o imperador

Quiser forçar os príncipes a atacar seus súditos por causa do Evangelho, prender, matar e expulsá-los, e os príncipes acreditam ou sabem que assim o imperador está agindo injustamente e contra Deus, então isso também afeta sua própria fé. Então não devem obedecer ao imperador, não devem concordar, colaborar e tornar-se cúmplices de tal crime, mas basta que deixem o país e o povo desprotegidos e não impeçam o imperador, e devem dizer: se o imperador quer atormentar nossos súditos, enquanto também seus, que o faça em responsabilidade própria, não podemos impedi-lo; mas nós não queremos colaborar nem concordamos, pois é preciso obedecer mais a Deus do que às pessoas humanas. (OSel, V 6, 1996, p. 136)

Após trocar cartas com Filipe de Hesse, que havia abandonado a Assembléia de Augsburg por conta da possibilidade de que o imperador impusesse o Edito de Augsburg; Lutero, já com uma cópia do relatório das negociações entre luteranos e católicos em mãos, resolve escrever a “Advertência do Dr. Martinho Lutero a seus Estimados Alemães”, que é um “livrinho de estilo forte e popular, como dirigido ao povo, e gotejando de ódio ao papado” (GARCÍA-VILLOSLADA, 2017, p. 382, tradução nossa).

Nele, Lutero afirma que,

Se as coisas chegarem ao extremo, haverá de acontecer uma das duas: guerra ou tumulto, talvez as duas ao mesmo tempo. Pois se começarem uma guerra (estamos falando em sonho, como se não existisse Deus), correríamos o perigo de se ajuntar em algum lugar um grupinho armado e de se reunir um bando, inclusive entre seus próprios adeptos, de maneira que tanto eles quanto nós pereceremos. (OSel, V 6, 1996, p. 486)

Lutero usa a palavra “guerra”, mas no sentido de defesa do que é legítimo. Esse, inclusive, é o seu argumento quando chama os católicos de sanguinolentos e papistas,

respondendo à acusação feita de que os protestantes são sediciosos. Para Lutero, os papistas são os verdadeiros sediciosos.

Vendo a possível sublevação anti-imperial, escreve:

Não se pode chamar de sedição quando alguém age contra a lei, do contrário todas as transgressões da lei deveriam ser chamadas de sedição. Sedicioso é aquele que não quer sujeitar-se à autoridade e à lei, mas as ataca e se revolta contra elas, querendo oprimí-las e querendo ele próprio ser senhor e impor o direito, como fez Muntzer. Mas *aliud est inuasor, aliud transgressor* – uma coisa é o inuasor, outra o transgressor. (OSel, V 6, 1996, p. 492)

Para Lutero, trata-se de uma circunstância em que a defesa é necessária.

Meu conselho sincero, porém, é o seguinte: se o imperador fosse convocar para a guerra e quisesse guerrear contra nós por causa do papa ou de nossa doutrina, como os papistas se glorificam e ufanam horivelmente (o que, no entanto, não espero da parte do imperador), neste caso ninguém deveria deixar-se usar para tanto nem deveria obedecer ao imperador, mas saiba com certeza que da parte de Deus lhe está proibido obedecer ao imperador neste caso. (OSel, V 6, 1996, p. 500).

Entende-se, assim, que, desde a Liga de Esmalcada, mesmo não abandonando o seu antigo ensinamento de amaldiçoar a guerra religiosa, Lutero parece dar maior cabimento à guerra.

1.4 Considerações parciais

Este capítulo procurou sintetizar os momentos decisivos da Reforma que tiveram um guiamento direto das ideias e ações de Lutero. No primeiro momento buscou-se apresentar Lutero como o agente fundamental para a concretização da Reforma, abrindo a perspectiva para os capítulos seguintes, quando se verá que as suas ações influenciaram diretamente as ideologias políticas na modernidade. Também se demonstrou que as suas ações modificaram definitivamente as relações entre o poder espiritual e o poder secular. Esses temas voltarão a ser discutidos nos capítulos seguintes.

Procurar-se-á também demonstrar como a Reforma Protestante pode ser considerada o berço das ideologias políticas da modernidade. Conforme dito na introdução, esta pesquisa não abarcará as definições, já claras para os intelectuais, das ideologias políticas na modernidade, uma vez que, tomando a Reforma como ponto de partida, muitas definições e teorias só iriam aparecer passados duzentos anos.

CAPÍTULO 2: AS AÇÕES POLÍTICAS DE LUTERO: MUDANÇAS NA AUTORIDADE POLÍTICA DA IGREJA NA ALEMANHA

Como desdobramento do primeiro capítulo o atual pretende, de maneira breve, localizar Lutero, no aspecto político, em seu contexto histórico e social.

A Alemanha, no final do século XV e início do século XVI, era a nação mais extensa da Europa e a mais populosa, com aproximadamente quinze milhões de pessoas, divididas em um misto de estados e cidades livres que não tinham uma identidade comum e que necessitavam de uma autoridade central que as agrupasse. As pessoas eram classificadas de acordo com suas propriedades, constituindo os grupos com status legalmente definidos: camponeses leigos, burgueses e nobres, além do grupo da propriedade clerical. Lembre-se que a separação dos leigos e do clero pela lei canônica da Igreja formava um princípio geral de status legal naquela época.

O direito imperial era um misto de autonomia local e poder central do imperador mais as suas dietas imperiais. As cidades mais alinhadas ao imperador ganhavam a sua independência dos senhores feudais. São as chamadas cidades imperiais. Elas definiam suas próprias políticas internas e externas, as quais às vezes eram ameaçadas pela pressão dos lordes, duques e, como se verá, bispos católicos; um cenário que passaria a ser moldado na medida em que essas cidades negociavam a reforma religiosa em seus territórios.

A imensa maioria das pessoas trabalhava na agricultura, divididas em pequenas comunidades, que muitas vezes desempenharam papéis econômicos importantes, mas tinham pouca influência fora de sua localidade imediata. Na prática, essas pessoas dependiam diretamente das ações do governo, através dos Conselhos Municipais, e também da Igreja, para planejarem as suas vidas.

Quando cai o poder espiritual do clero na Alemanha, ele é substituído em primeiro lugar pelas autoridades seculares. A autoridade aceita dali em diante é a dos príncipes, duques, lordes etc. Dos sete eleitores, três eram eclesiásticos: Mogúncia, Treves e Colônia; os outros quatro eram laicos. Todos eles participam da soberania e do governo do Império Germânico, inclusive elegendo o imperador.

Os príncipes entendiam a política em sentido amplo e incluíam em seus projetos o bem comum secular dos habitantes das cidades e do campo, razão pela qual as cidades do império fizeram várias negociações políticas para resolverem conflitos surgidos no período da Reforma.

O imperador, por sua vez, está situado acima dos interesses particulares dos príncipes territoriais. Ele garante não só a integridade moral, como também a política do ocidente cristão. Nas decisões políticas mais críticas, os príncipes de estados mais fortes e poderosos acabavam se impondo.

Os detalhes exatos do governo cívico variavam de cidade para cidade. Em geral, as cidades menores seguiam o modelo de cidades mais importantes como Augsburg, por exemplo. Mas, sem dúvida, os esforços de colaboração foram acentuados depois do advento da Reforma. Esses aspectos são fundamentais para se entenderem as mudanças inseridas por Lutero na autoridade política da Igreja na Alemanha.

2.1 O divórcio entre as linhas de ação

Quando se pretende estudar as ações de uma pessoa, deve-se elevar o nível das distinções até o ponto em que se perceba a diferença entre as intenções declaradas de uma ação e a lógica interna da própria ação. O que se constata, na maioria das vezes, é que as intenções declaradas de uma ideia, inevitavelmente, conduzem ao seu exato oposto. Deve-se tomar essa distinção como base para se exporem os pontos mais decisivos em que Lutero declarou agir de uma determinada maneira, mas cujo resultado foi na direção contrária.

2.1.1 Lutero e a infalibilidade da Igreja

Lutero faz, no seu programa de reforma, constante da obra “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, escrita em 1520, um duro ataque contra a infalibilidade da Igreja. Trata-se de um programa de reforma que, entre outros aspectos, se opõe totalmente à autoridade política da Igreja, por entender que o clero ultrapassou a sua autoridade ao não se submeter às leis da autoridade secular. Sobre essa questão, SKINNER afirma, no seu livro “As Fundações do Pensamento Político Moderno”:

As premissas teológicas de Lutero não somente o levaram a atacar os poderes jurisdicionais da Igreja, como também a preencher o vazio de poder assim criado, procedendo a uma defesa correspondente das autoridades seculares. Antes de mais nada, ele deu o seu aval a uma extensão, sem precedentes, da gama de seus poderes. Se a Igreja se reduz a uma *congregatio fidelium*, segue-se que as autoridades seculares devem ter o direito exclusivo a exercer todos os poderes coercitivos, inclusive sobre a própria Igreja. (1996, p. 298)

Para Lutero, o Estado, ou o poder secular, é quem passa a ser o grande responsável, sem treinamento espiritual algum, por conduzir e fiscalizar moralmente as pessoas. Esta tese é afirmada com ênfase no início do “Manifesto” de Lutero, para quem “o poder secular é ordenado por Deus para unir os maus e proteger os bons, deve-se deixar que seu ofício passe livre e desimpedidamente por todo o corpo da cristandade, sem acepção de pessoas, atinja ele o papa, bispo, padres, monges, freiras ou a quem for” (OSel, Volume 2, p. 284). Conforme se lê neste tratado, Lutero pretende realizar uma reforma social completa, e, para atingir este objetivo, ele começa pela estrutura da igreja alemã. Lutero pressupõe “uma pluralidade de estados na Cristandade e esses estados são as nações, acima de tudo a nação alemã” (VOEGELIN, 2014, p. 273).

Para ele, a melhoria do estado cristão pode ser entendida como uma reforma da igreja nacional alemã, similar à autonomia do galicismo e do anglicanismo, mas também pode ser entendida como reformas sociais e econômicas na Alemanha, e, conforme demonstrado, essas reformas deveriam partir da autoridade secular.

Esse ponto é o primeiro que Lutero ataca no seu programa de reforma: “inventou-se que o papa, os bispos, os sacerdotes e os monges sejam chamados de estamento espiritual; príncipes, senhores, artesãos e agricultores, de estamento secular” (OSel V 2, 1996, p. 282). Tal distinção para Lutero era absolutamente falsa, concebível só por força do ofício.

O primeiro ataque de Lutero foi reservado ao poder político do clero que, para ele, levou ao esquecimento o estamento cristão, através da adoção do direito canônico. Para Lutero, o estamento do sacerdote não deve ser diferente do de um funcionário público já que aquele não deve elevar-se ao ponto de não se submeter à punição da autoridade secular algo que o sacerdote fazia por meio do direito canônico, que, segundo Lutero, despreza o poder secular por pura arrogância e invenção.

Assim, Lutero age a fim de destruir o direito canônico, que para ele não passava de um conjunto de leis e invenções humanas. Para o reformador, as leis que regiam o clero da Alemanha não mais deveriam ser aquelas do direito canônico. Tudo que diz respeito a isso foi efetivamente modificado, como se verá neste capítulo.

Para livrar-se da infalibilidade da Igreja, isto é, da sua autoridade política, Lutero a coloca, em primeiro lugar, nas mãos da autoridade secular e, ao mesmo tempo, a dispersa entre alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, cozinheiros, garçons, agricultores e todos os ofícios temporais. Através do ensinamento do sacerdócio universal dos crentes, que Lutero

toma como base em outros vários tratados, ele faz com que cada cristão seja seu próprio papa, o que levou à consequência inevitável de interpretações e posições conflitantes.

Eis o primeiro divórcio entre as intenções declaradas das ações de Lutero e seu resultado. Com o fim do direito canônico, todo poder foi dado ao Estado, através da autoridade secular, fomentando o surgimento de vários antagonismos, ainda que os súditos devessem seguir a sua própria consciência, uma vez que Lutero, no tratado sobre a autoridade secular, afirma que encontrar um príncipe sábio é uma coisa muito difícil. Desse modo, para o reformador, o estamento cristão não deve confiar de modo algum na autoridade eclesiástica nem totalmente na autoridade secular. No mesmo tratado, ele expõe um agudo contraste entre os deveres da desobediência e da não-resistência concluindo que a consciência individual é o que deve nortear o ser humano para tomar essa decisão.

Portanto, é verdade que Martinho Lutero não fundou uma tradição ocidental de liberdade religiosa, nem se pôs a desafiar o papa e o imperador para defender as noções modernas de democracia ou qualquer outra ideia política como o conservadorismo ou o absolutismo, como sugere Skinner no seu livro “As Fundações do Pensamento Político Moderno”. Essas ideias estavam além dele, e muitas delas foram tomadas, especialmente na modernidade, apenas como pretexto ideológico para fundamentar um projeto futuro de humanidade. É verdade, porém, que a luta de Lutero pela liberdade cristã, como ele a chamava em 1520, antecipou as lutas posteriores pela liberdade religiosa, de tal modo que a Reforma efetivamente passou a ser o berço de muitas ideias políticas no mundo moderno.

Esse ponto será desdobrado no último capítulo, mas sobre isso SKINNER afirma que,

Dos mais importantes textos políticos de Lutero, eles encarnam dois princípios condutores, ambos destinados a exercer extraordinária influência na nossa história. Ele trata o Novo Testamento, e em particular as injunções de São Paulo, como autoridade final em todas as questões fundamentais acerca da conduta adequada a seguir na vida social e política. E sustenta que a posição política prescrita no Novo Testamento consiste na plena submissão do cristão às autoridades seculares – ao mesmo tempo que confere à gama desses poderes uma extensão crucial, fundando-os de modo tal que em nenhuma circunstância será legítimo opor-lhes qualquer resistência. (1996, p. 301)

A palavra final de Lutero para resolver essas mudanças na linha de ação está sempre baseada na Escritura Sagrada, que, como se verá no próximo tópico, também será um princípio que sofrerá agudos contrastes. Ou seja, a intenção declarada da ideia era uma, mas a lógica interna tem outro resultado completamente diferente.

2.1.2 Lutero e o Livre Exame das Escrituras

No segundo caso a ser apresentado, ainda dentro do seu ataque ao direito canônico, Lutero afirma que o papa não é o único cristão autorizado a interpretar a Escritura ou confirmar a sua interpretação. Como no caso mencionado anteriormente, Lutero dispersa a interpretação da Escritura entre todos os outros cristãos, igualmente responsáveis por cumprir esta tarefa. Para o reformador, a Igreja não pode ser reduzida a uma pessoa, uma vez que todos os cristãos são sacerdotes, não sendo correto submeterem-se somente ao que o papa diz em matéria de fé. Sobre essa questão, VOEGELIN observa que

Parece quase inacreditável que um homem com treino intelectual considerável não se desse conta de que, para escapar da concentração procedimental da infalibilidade da igreja em sua cabeça monárquica, ele a dispersa entre os cristãos individuais, que de fato ele tornou cada cristão seu próprio papa infalível - com a consequência inevitável de abrir a anarquia de interpretações conflitantes. (VOEGELIN, 2014, p. 277)

O apelo de Lutero à autoridade do homem espiritual, capaz de interpretar as Escrituras, servia para todos os homens e obviamente para ele mesmo, menos para o papa. Sobre essa questão LEONEL afirma:

Não é pois de maravilhar que este homem assim enfatuado de sua ciência, depois de haver negado a infalibilidade do Papa e proclamado a liberdade de exame para legitimar os próprios excessos, se tenha arvorado em cátedra inerrante da fé, constringendo os seus sequazes a curvarem submissos a frente ante os arestos inapeláveis de suas decisões infalíveis. Não houve tirania mais insuportável nem arrogância mais impetuosa que a deste pregador do livre exame. Todos os seus correligionários gemem sob o peso do seu jugo de ferro. (LEONEL, 1992, p. 180)

O livre exame das Escrituras, baseado no sacerdócio universal, traz a consequência inevitável das interpretações absolutamente conflitantes. Há vários exemplos desse fato, inclusive na vida do próprio Lutero.

A sua conhecida resposta ao Imperador Carlos e aos príncipes na Assembléia de Worms - “Minha consciência está presa nas palavras de Deus.” (OSel, Volume 6, p. 126) - mostra o entusiasmo do Professor de Escritura já conhecido fora de Wittenberg, do militante da correta interpretação da Bíblia. Também mostra claramente o princípio que o levará a escrever outros importantes tratados e a embates com outros intérpretes rivais que acreditavam seriamente nesse mesmo princípio, rivais que se envolveram muitos mais em questões políticas, evidenciando a mudança completa nas intenções declaradas do princípio do livre exame das Escrituras. O

resultado foi inevitável: a autoridade secular passou a autorizar ou não o ensino de determinadas interpretações das Escrituras. Lutero respondia que o princípio fora corrompido por sectários e radicais e que a autoridade teria de intervir.

Assim sendo, cabe perguntar se na Alemanha, especialmente nas cidades imperiais, o protestantismo se estabeleceu pelo livre exame das Escrituras Sagradas segundo a intenção declarada de Lutero, ou se sua expansão se deu muito mais pelo apoio dos reis, príncipes e nobres através de sanções severas ou mesmo pela colaboração entre as cidades do império. A resposta a essas indagações será apresentada no tópico “Os Agentes da Ação Histórica de Lutero”.

2.1.3 Lutero e a formação de grupos radicais

Um terceiro e mais claro resultado do divórcio entre as linhas de ação é a formação dos grupos radicais. Já em 1521, um ano após a propagação das ideias de Lutero, outra consequência inevitável da lógica interna dessas ideias foi o radicalismo manifestado por diversos grupos, como os profetas de Zwickau, os “Amigos Eleitos da Palavra de Deus”, em Praga; os pregadores de Muhlhausen, que expulsaram o prefeito e o conselho municipal, além de saquearem os mosteiros e, finalmente, darem início a um grupo com o nome de “Liga Eterna de Deus”; e, em Allsted, um grupo ligado às ideias de Muntzer, a quem ele chama de “verdadeiros” cristãos. Foi nesta cidade que ele pregou para os príncipes da Saxônia.

Os príncipes não devem ter gostado de serem comparados a enguias, que imoralmente amontoadas haviam copulado com cobras, com os padres e os maus clérigos. Ouviram que Deus havia posto em suas mãos a espada da retidão (Romanos 13) mas que haviam fracassado e a espada lhes seria retirada. (COLLINSON, 2006, p. 91)

Esses distúrbios locais, que curiosamente deixaram Lutero surpreso, misturaram-se a algo muito mais amplo, a Guerra dos Camponeses, conforme já explicado no capítulo anterior.

Uma vez mais deve-se buscar, no caráter de sua doutrina, a lógica interna das ações de Lutero, para quem o terceiro muro a ser derrubado são as universidades. Na obra “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, ele defende a reforma das universidades, por se tratar de um lugar “onde se leva uma vida libertina e pouco se ensina da Sagrada Escritura e da fé cristã, e onde rege unicamente o cego mestre pagão Aristóteles” (OSel, V 2, 2011, p. 328). O antifilosofismo de Lutero, de que fala VOEGELIN, pode ser verificado nesta citação. A proposta do reformador, que diz conhecer mais a Aristóteles que ao próprio Santo Tomás ou Scot, é “abolir

por completo os livros ‘Física’, ‘Metafísica’, ‘Tratado da Alma’ e ‘Ética’, de Aristóteles” (OSel V 2, 2011, p. 329), uma vez que “o conhecimento de um oleiro acerca de coisas naturais é maior que aquilo que está escrito nesses livros” (OSel, V 2, 2011, p. 329).

Para Lutero, os livros “Lógica”, “Retórica” e “Poética”, de Aristóteles, devem ser lidos apenas para o treino de jovens pregadores. Ele admite o ensino do latim, grego e hebraico; da matemática e história, para a instrução da juventude cristã. Enfatiza também que “os médicos eu deixo reformar as suas próprias faculdades. Dos juristas e teólogos eu me encarrego, e digo em primeiro lugar que seria bom extirpar radicalmente o direito canônico da primeira até a última letra” (OSel, V 2, 2011, p. 329). Sobre essas reformas propostas por Lutero, VOEGELIN afirma:

Este é o primeiro grande exemplo de um pensador político que quer criar uma nova ordem social pela destruição parcial da ordem civilizacional existente e, depois, fica apavorado quando homens mais radicais levam a obra de destruição muito além dos limites que ele tinha estabelecido para si. É a atitude que em nosso tempo é exemplificada pelo famoso lema (“*so haben wir es nicht gemeint*” - não foi isso que quisemos dizer). (2014, p. 281)

Lembre-se que todo o radicalismo que surge depois da divulgação dessas ideias de Lutero é tratado por alguns historiadores como contratempo, desvios doutrinários, ou ainda sob o argumento de que Lutero era um professor universitário mas também um pastor que ministrava para homens comuns, e que portanto ele tinha de encontrar um ponto de equilíbrio entre esses dois mundos teológicos. Esse é outro caso em que se deve fazer a distinção a partir da lógica interna da ação para se chegar ao seu resultado inevitável. Diga-se, pois, que os resultados vistos depois que essas ideias de Lutero foram colocadas em prática, não dependem só de contratempos ou desvios

Sobre as reformas nas universidades, Lutero contou com o apoio dos líderes das universidades mais importantes da Alemanha. Assim, o ódio ao elemento aristotélico começa a aparecer nesses locais.

Ele usava muitos trocadilhos a fim de satirizar a Igreja Católica e as universidades: *vaccultas* em vez de *facultas*, *cacolyca ecclesia* em vez de *catholica*. Os professores de Lovaina chamados de *nostrolli*, em lugar de *magistrolli*. Na sua pena, *coelestissimus* transforma-se em *scelestíssimus*; *sanctíssimus*, em *sataníssimus*. Essa linguagem polêmica de Lutero ganhava o apoio e os aplausos do povo na Alemanha. Por meio dela, Lutero colocava em relevo os contrastes políticos entre o império e a Península Itálica, entre o imperador e o papa, o que tinha uma enorme repercussão entre a população alemã.

Pode-se dizer, de maneira resumida, que, com a proposta de reforma do ensino universitário, Lutero estabeleceu a supremacia espiritual dos reis. Não eram poucos os que defendiam o direito divino. Na prática, Lutero substituiu a autoridade do papa pela tirania dos soberanos sobre as consciências, ainda que tenha estabelecido limites para a autoridade secular. Os príncipes, contudo, não se fizeram rogar; empunharam o báculo que lhes oferecia a nova teologia de Lutero e passaram a legislar com desassombro em matéria religiosa.

Lutero defendia que, para não haver desordem ou desobediência no território do príncipe, devia-se agir com dureza e sem qualquer tolerância a abusos. Assim, por toda parte, as violências do braço secular ultimaram e consolidaram a obra de expansão empreendida pela força das ideias de Lutero. A autoridade da Igreja na Alemanha passa a ser impositiva e não mais espiritual.

Para concluir este tópico, evoca-se a máxima *Cuius regio, eius religio*.

Essa frase sucinta foi cunhada no início do século XVII para resumir o sentido da Paz de Augsburg, firmada em 25 de setembro de 1555, que reconhecia no Sacro Império Romano a existência de duas crenças, os católicos e os luteranos (os zwinglianos, calvinistas e anabatistas foram excluídos de seus termos). A intenção em Augsburg era simplesmente obter uma solução temporária, mas o tratado permaneceu em vigor até o fim do Império, na época napoleônico. O significado da fórmula é que governantes (eleitores, príncipes, duques e condes) têm o direito de determinar a religião de seus súditos, os quais, se não fossem satisfeitos com a decisão tomada sem consultá-los, poderiam vender suas propriedades e emigrar. (COLLINSON, 2006, p. 169)

Entende-se que essa foi uma situação absolutamente inevitável, considerando a lógica interna das ideias de Lutero, conforme será detalhado ao longo deste capítulo, com base em outros tratados que discorrem sobre obediência ao governante secular.

2.2 A ação de Lutero e o destino da Alemanha

Neste tópico serão verificadas as condições que as ideias de Lutero encontraram para se consolidar na história e de que forma elas influenciaram o destino da Alemanha.

Como já foi discutido, uma ação histórica, para receber esta designação, precisa ter uma continuidade no tempo. A ação, além de contar com determinados agentes históricos que a perpetuem, aspecto que será abordado no final do capítulo, depende de outras condições ou até da ausência das condições requeridas para a continuidade histórica.

Diga-se, ainda, que é muito comum falar-se em progresso ou retrocesso histórico de alguma ideia, ação ou conquista, e mais comum ainda quando se trata de questões políticas. Daí

falar-se em progresso ou retrocesso da democracia, da conquista dos direitos etc. Para tanto, é necessário que os elementos analisados sejam comparados, e para que a comparação seja válida é preciso que os vários elementos estejam alinhados numa mesma direção. Advém daí que progredir, por definição, abarca necessariamente elementos que caminham na mesma direção.

Este tópico não pretende verificar se houve progresso ou retrocesso na Alemanha a partir das ações políticas de Lutero, mas sim analisar em que medida as suas ações modificaram não só certas concepções como também a ele mesmo, considerando as profundas mutações culturais e filosóficas na sua época.

2.2.1 Lutero e o clero alemão

Lutero descreveu a situação do clero no seu tempo, afirmando que não havia mais autoridade espiritual, apenas burocratas voltados aos negócios da Igreja.

Os papas renascentistas viam-se a si mesmos como governantes políticos, mantendo, contudo, uma vida moral publicamente escandalosa. Em linhas gerais é possível afirmar que os abusos cometidos pelas autoridades eclesiásticas eram contínuos. A formação teológica não existia, nem o interesse pela vida espiritual. Os prelados mundanos e príncipes ocupavam-se dos seus próprios interesses e do objetivo de proporcionar uma vida tranquila aos seus familiares. Na segunda década do século XVI, os arcebispados e sedes episcopais da Alemanha estavam ocupados por filhos de príncipes. O baixo clero vivia na incultura e no concubinato. A maioria do clero mantinha no quarto dos fundos uma concubina ou “ama de casa”. Em algumas regiões as dioceses cobravam taxas extras dos padres que tinham filhos.

As ações de Lutero não teriam tido uma repercussão tão forte fora desse contexto. O reformador estava diante de um fortíssimo contexto de insatisfação e até revolta contra os abusos do clero e sua falta de moralidade, contexto que já vinha de muito tempo, aliado ao desejo de mudança.

Lutero faz uma leitura profunda dessa situação e permanece atento ao publicar seus escritos. Lembre-se que em agosto de 1520 já haviam, na Alemanha, quatro mil cópias impressas e vendidas do seu tratado “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”. Na carta de apresentação ele escreve:

Passou-se o tempo de calar, chegou o tempo de falar [...]. Reuni algumas propostas para a melhoria do estamento cristão para apresentá-las à nobreza cristã da nação alemã, caso Deus queira ajudar à sua Igreja através dos leigos, uma vez que o clero, a quem isto caberia com mais razão, se descuidou por

completo [...]. Tenho que cumprir o provérbio: em tudo que faz o mundo, precisa estar presente um monge, mesmo que seja necessário pintá-lo. Com frequência um bobo já falou sabiamente, e muitas vezes sábios bobearam feio, como diz Paulo: quem quiser ser sábio precisa tornar-se tolo. Ademais, já que não sou apenas tolo, mas também doutor juramentado da Sagrada Escritura, alegro-me que se me dê a oportunidade de fazer jus a meu juramento, precisamente neste estilo de tolo. (LUTERO, Volume 2, 2006, p. 279)

A ideia central é que, dado o padrão do clero na sua época, a reforma teria de vir através da nobreza da nação alemã. E aqui o seu ataque ao clero não é meramente político, é teológico: os romanos, ou romanistas, como ele falava, são príncipes do inferno. No tratado, Lutero enfatiza:

Para que serve na cristandade essa gente que leva o nome de cardeais? Vou te dizer: a Itália e a Alemanha possuem muitos mosteiros, fundações, feudos e paróquias ricas. Não se encontrou maneira melhor de entregá-los à Roma do que criar cardeais e lhes dar de presente bispados, mosteiros e prelazias, acabando assim por arrasar o culto. (OSel, Volume 2, p. 291)

A rivalidade, de acordo com a passagem, não é só entre alemães e italianos, mas entre cristãos fiéis e romanistas demoníacos.

As mudanças no clero alemão foram profundas. Depois de desqualificar e até expulsar o antigo clero, Lutero tratou de conceber um novo clero a partir de leigos; substituiu um clero beneficiado por pastores assalariados. O pastor deveria concentrar-se em seu ofício, que é conduzir todo o serviço divino, estudar, ler, escrever, pregar e proteger o seu rebanho. Essa é a exigência dos príncipes e magistrados que transformaram o clero alemão.

Outra grande transformação feita no clero é a do celibato, uma vez que o novo clero era estruturado no casamento, na família. Formava também uma espécie de elite intelectual, porque seus membros eram especializados, caracterizados pela cultura. É verdade que a primeira geração do novo clero era formada pelo antigo clero, mas por sua parcela de homens educados. Boa parte de seus membros frequentava a Universidade de Wittenberg. A tarefa de recrutar o novo clero evangélico progrediu mais rapidamente nas cidades do que no campo, de onde para expulsar o velho clero demorou mais tempo. Thomas A. Brady Jr. afirma que “a ordenação de quase 80 novos pastores anualmente em Wittenberg sugere quão grande era a necessidade, assim como a decisão, de remover aqueles pastores que eram obstinadamente católicos ou impenitentes e corruptos” (BRADY, 2009, p. 277, tradução nossa).

A substituição do velho clero pelo novo também se dava por meio de casamentos, isto é, o clero gerava o clero. Esse padrão se repetia em muitas cidades. Filhos de pastores eram

encorajados a seguir a vocação do pai e filhas, encorajadas a se casarem com pastores, constituindo-se, assim, um modo muito eficiente de reprodução social, uma vez que as crianças cresciam num lar de pastores. Portanto, as famílias e as universidades são as grandes responsáveis pela eficiente campanha de substituição do clero alemão, de modo que, mesmo nas aldeias, onde essa substituição foi mais demorada, quando algum bispo católico tentava reintroduzir a missa, ele encontrava uma dura resistência.

2.2.2 Lutero e a mutação cultural da sua época

Pode-se dizer que o próprio Lutero é, em alguma medida, o resultado de uma profunda mutação cultural, filosófica e científica que ele mesmo não entendeu bem e, segundo alguns estudiosos, fora da qual tudo aquilo que disse não faria o menor sentido. Dito de outro modo, segundo alguns estudiosos, a Reforma foi o resultado da perda da capacidade educadora da Igreja no final da Idade Média, um evento que teve consequências políticas trágicas, até por coincidir com o período da Peste, que dizimou os melhores clérigos que eram voluntários para tratar dos doentes, só restando os despreparados que Lutero conheceu.

Nesse sentido, deve-se considerar a seguinte realidade, conforme afirmam alguns estudiosos católicos: nem a contundente pregação contra as indulgências, nem os excessos que os pregadores das indulgências cometeram, eram suficientes para colocar em chamas o mundo moderno. Ou, como se tem dito por seus críticos, não podendo rebatê-lo na questão das indulgências, põem-se a criticá-lo por sua ousada campanha em diminuir a autoridade do papa. Pode-se dizer que se trata, na verdade, das profundas mudanças culturais acontecendo no período da Reforma.

A primeira delas assinalada pelos estudiosos é a crise do Nominalismo; a segunda é o espírito de liberdade.

Quando se pondera sobre a necessidade de uma reforma, abre-se um amplo campo para se demonstrar a não observância das leis, isto é, a corrupção, o relaxamento dos costumes e a queda do nível intelectual das pessoas, resultando na concepção do Nominalismo, que, segundo alguns estudiosos católicos, é o atestado de falência das universidades. Para os nominalistas, que trabalhavam com generalizações, os alunos já não queriam manter uma vida de estudos ligada a uma vida espiritual, a ponto de os professores não mais notarem a diferença entre a inteligência deles e a dos animais de modo que o nível de abstração obtido pelo ser humano era semelhante ao dos animais.

Quando Guilherme de Okkhan reeditou esse ensino, que, com efeito, já havia aparecido muito tempo antes dele com Roscelino, os professores universitários da Europa já não eram capazes de perceber o que de errado havia neste ensino.

Esse problema estava disseminado pelo continente. Ninguém negava, católicos ou protestantes, que havia a necessidade de uma reforma. De acordo com BALMES, “Basta ler, no primeiro decreto do Concílio de Trento, que um dos objetivos do Concílio era a reforma do clero e do povo cristão” (1949, p. 23, tradução nossa). O objetivo era a renovação dos costumes e o reestabelecimento da disciplina.

Na Alemanha as desordens eram muito piores:

Pois não havia poder central e nenhum princípio de unidade nacional tal como ofereciam as novas monarquias da França e da Inglaterra. A Alemanha era uma selva política – um emaranhado de jurisdições e instituições em que tanto a Igreja quanto o Estado estavam inextricavelmente envolvidos. (DAWSON, 2015, p. 109)

Assim, mais do que qualquer outro país da Europa, a Alemanha estava em uma situação potencialmente revolucionária. Isso porque o povo alemão via o império como uma grande sociedade cristã e, conseqüentemente, esperava da Igreja a palavra de orientação em meio ao caos. A Igreja, contudo, era o grande obstáculo à criação de um estado unificado.

A Reforma não foi simplesmente uma construção de teorias, e sim um entrelaçamento de ideias e ações. A teologia de Lutero nunca esteve separada da sua pregação pública, das controvérsias e da propaganda das diferentes opções de organização da Igreja em sua relação com o Estado. E é exatamente aí que os príncipes emergem como figuras muito importantes na Reforma, uma vez que souberam aproveitar as ações de Lutero e a insatisfação dos alemães para resolverem seus problemas econômicos e políticos.

Como um pensador político ou filosófico, Martinho Lutero não foi o primeiro a ser moderno, mas ele foi, certamente, o último reformador medieval, porque suas reformas tiveram sucesso absoluto, enquanto outros não conseguiram alterar, minimamente, a paisagem cultural da Europa. No fim de 1521, ele já era o autor mais consolidado e lido na Alemanha e um dos mais conhecidos na Europa. No monumento erguido no século XIX, na cidade de Worms, a fim de homenagear importantes reformadores, a estátua de Lutero no centro, atestando que Lutero é o reformador mais influente de todos, já que nenhum outro reformador medieval iniciou um movimento religioso que atingiu o alcance geográfico e obteve o apoio político de Lutero.

Seguramente, atreladas às mudanças culturais da época, estão as mudanças sociais. Sabe-se que, até o século XVI, “a Igreja Romana é o maior proprietário de terras de toda a Europa; o maior fornecedor e comprador dos produtos do solo e do subsolo; o maior investidor, o maior construtor – e o primeiro mecenas” (PEYREFITTE, 1995, p. 71). Após as ações de Lutero, esse cenário começa a mudar não só na Alemanha como em boa parte da Europa. Conhecedor da capacidade de interdição que a Igreja detinha em todos os domínios da vida humana até o século XVI, Lutero dedica-se a mudar definitivamente os destinos da Igreja da Alemanha.

2.3 Os agentes da ação histórica de Lutero

As ações de Lutero foram eficazes na medida em que ele contou com os seguintes agentes: a religião e as autoridades políticas. Lutero descobriu os agentes que podiam e deveriam efetuar as reformas onde o papa e o imperador não fariam. São os príncipes, a quem ele chamava de “nobreza alemã”, e os pregadores do evangelho.

No início de 1521 a excomunhão de Lutero foi formalmente proclamada, por conta de ele ter feito um ataque declarado ao magistério infalível da Igreja. Contudo, quando a Cúria Romana abriu o processo contra ele, o entusiasmo nacionalista despertado por Lutero ficou mais evidente.

Em abril do mesmo ano, já excomungado, o reformador, em Worms, por ocasião da convocação do Imperador, recebeu cartas de Ulrico Von Hutten, o grande amante da independência alemã, homem influente, animando-o a comparecer diante da comitiva do Imperador Carlos.

Do início da sua carreira até esse momento, Lutero pôde contar com a colaboração de autoridades políticas, famílias importantes e autoridades religiosas. Veja-se, por exemplo, o famoso episódio em que, terminada a audiência da Dieta de Worms, Lutero obtém salvo conduto para retornar a Wittenberg mas, ao passar pela Turingia, é raptado por homens enviados pelo Eleitor Frederico, que o colocou a salvo no Castelo de Wartburg. Poucos dias depois desse ocorrido, Lutero já era um proscrito. Através do Edito de Worms, ficou proibida a propagação da sua doutrina e quem lhe oferecesse ajuda era ameaçado de morte.

Os legados pontifícios e o próprio Leão X acolheram este edito com grande satisfação, sem suspeitar que aquele não era o fim, e sim o começo da tragédia. Com efeito, o edito não foi endossado plenamente pela dieta, e também começou a circular rumores de que Lutero havia sido assassinado. A maioria

dos príncipes alemães, temendo uma revolução popular, se mostraram remissos e pouco dispostos a cumprir as ordens contidas no edito. (CERNI, 1992, p. 41. Tradução nossa)

Lutero teve como aliados fortes agentes políticos. Na opinião de alguns estudiosos desse aspecto da vida do reformador, ele foi capaz de manejar, na guerra contra Roma, uma grande máquina. E não teria conseguido grandes coisas sem a colaboração desses grandes agentes históricos: os pregadores e os políticos – que serão abordados nos tópicos seguintes, com o objetivo de se apresentar, com base nos tratados do reformador, de que maneira as suas ideias e ações passaram a ser compartilhadas com outras pessoas a fim de que se perpetuassem no tempo.

2.3.1 Lutero e os pregadores evangélicos: o agente religioso

Quando estava escondido no Castelo de Wartburg, Lutero manteve contato com seus amigos em Wittenberg através de cartas. Frequentemente dizia que Deus não abandonava aqueles a quem o papa, bispos, reis e príncipes condenavam. Wartburg tornou-se seu púlpito.

Ele procurou, acima de tudo, incentivar Melanchthon e Amsdorf, que foram os primeiros propagandistas da Reforma. Estava confiante de que estes amigos poderiam assumir suas responsabilidades e ajudá-lo a livrar-se da acusação de que em Wittenberg não havia bons pastores.

Mas esse não é o aspecto a ser tratado neste tópico. Aqui, será abordado o aspecto dos pregadores evangélicos, sob o comando da autoridade secular, como agentes de propagação das ideias de Lutero.

Pregar era o aspecto mais importante para Lutero e também para esses homens. A pregação era a peça central dos novos serviços da igreja na Alemanha, conquanto os pregadores colocavam o público feminino, analfabetos e todos os homens excluídos em contato direto com as ideias de Lutero. O púlpito era usado exatamente para se construir o apoio popular necessário para se alcançarem as reformas políticas necessárias.

Os Conselhos Municipais reconheceram rapidamente a importância dos pregadores para a introdução e manutenção da Reforma. Por essa razão, durante os anos 1530 e 1540, eles se empenharam em recrutar, transferir e emprestar pregadores evangélicos para paróquias sob suas jurisdições. Um dos conselhos mais ativos nesse sentido foi o da cidade de Augsburg, que constantemente enviava pregadores para as cidades vizinhas, o que também era uma tentativa clara de expandir sua influência político-religiosa. Ou seja, os pregadores eram usados para se

criarem laços entre as comunidades. Inclusive, foram muitas as vezes em que esses pregadores assumiram a posição central para resolverem conflitos religiosos entre as cidades imperiais.

Os Conselhos Municipais, assim, procuravam pregadores qualificados. Os pastores evangélicos deveriam encarnar o ideal do homem cristão, servindo de modelo para toda a comunidade por meio das suas palavras e ações. Eles ofereciam, além disso, vários conselhos teológicos. Para muitas dessas cidades a falta de um pregador qualificado apresentava um perigo para a ordem social.

A Reforma, muitas vezes, foi disseminando-se pelas cidades por conta da mobilidade dos pregadores. Havia pregadores permanentes e temporários. Os permanentes eram os contratados pelas cidades imperiais, onde representavam a espinha dorsal da Reforma. Eles eram a voz oficial da fé reformada. Usavam da sua oficialidade para construir o apoio necessário a fim de introduzir reformas específicas. Isso permitiu, especialmente aos mais talentosos, alcançarem uma influência duradoura na sua cidade. Como exemplo dos pregadores mais influentes, pode-se citar Martin Bucer, que trabalhou em Estrasburgo, uma cidade com fortes laços com Augsburgo, duas cidades importantíssimas do ponto de vista político.

Os pregadores eram também figuras importantes para a estabilização das ideias da Reforma. Seu trabalho facilitava a ocorrência de novas filiações político-religiosas que moldariam o curso da Reforma. Isso porque Lutero estava convencido, como se verá no tópico seguinte, que a blasfêmia pública era um crime e que as divisões religiosas ameaçavam a paz e a estabilidade das comunidades, motivo pelo qual o reformador agora via a necessidade de proteção governamental para esses pastores legitimamente chamados e contratados para dirigir as novas Igrejas na Saxônia.

Lutero aborda essa questão quando interpreta o Salmo 101, em 1534/35, conforme se lê nas Obras Seleccionadas. FISCHER afirma que “no entender de Lutero, o Salmo 101 é um dos principais textos bíblicos referentes aos tema ‘governo’” (OSel, Volume 6, p. 138). Um dos objetivos de Lutero ao interpretar este salmo é mostrar ao governante como ele deve exercer o seu cargo, orientando-o no sentido da não limitação da intervenção do príncipe a situações de emergência. Portanto, se o príncipe sabe que o pregador é fiel ao evangelho, deve ordenar que todos os súditos temam a Deus e escutem a sua palavra. O príncipe que é temente a Deus deve apoiar a pregação verdadeira e proibir o que é contrário a ela.

2.3.3 Lutero e as autoridades seculares: o agente político

Desde o início da Reforma, Lutero dependeu da atuação do seu soberano. Primeiramente, Frederico, o Sábio, que o havia protegido. Mesmo não sendo um partidário declarado da Reforma, concentrou-se em manter a paz, em vez de promover ativamente a mudança religiosa. O primeiro eleitor verdadeiramente evangélico seria o irmão de Frederico, João, o Firme, ou o Constante, que o sucedeu em 1525. O Eleitor João havia feito o possível para organizar a nova igreja após 1525. Em assuntos importantes ele sempre procurou os conselhos de Lutero e, frequentemente, o chamava à corte em Torgau com essa finalidade. No entanto, quando o príncipe queria intervir em assuntos da igreja na Saxônia, Lutero não aceitava facilmente.

Essa relação firme entre os dois foi um dos fundamentos do sucesso da obra de Lutero. O príncipe de Lutero manteve por todo tempo um interesse ativo nos assuntos da igreja, na teologia e na vida do próprio Lutero.

O reformador sempre apoiava as pessoas que pudessem manter uma continuidade política e administrativa na Saxônia, ou seja, ele procurava manter um bom relacionamento com pessoas que fossem ligadas ao príncipe e à Universidade de Wittenberg. De modo oposto, ele apresentou muitas queixas e tratou com arbitrariedade aqueles funcionários da burocracia estatal que não tinham tanta influência quanto aquelas autoridades com quem ele tinha um contato aproximado.

Lutero, certamente, era muito bem preparado para lidar com isso. Ele sabia que a continuidade das suas ações políticas dependia diretamente da continuidade das ações dessas autoridades também. O Eleitor João concedia à maioria dos apelos de Lutero feitos em nome de terceiros. E, como medida de precaução, ele sempre se desculpava com Lutero por não ter tempo para atender a todos os seus pedidos. Mas, nos pedidos mais importantes, Lutero sempre foi atendido. Eram feitos pedidos por pessoas presas, situações de casamento, questões de herança, pessoas doentes, questões a serem tratadas nos tribunais, entre outras.

Lutero escreveu dois tratados muito importantes ainda em 1520, “Das Boas Obras” e “A respeito do Papado em Roma contra o Celeberrimo Romanista de Leipzig”, ambos publicados nas “Obras Seleccionadas”. Do mesmo modo que em “À Nobreza Cristã da Nação Alemã” ele aborda nesses dois tratados a questão da autoridade secular, que para ele é em resumo uma instituição divina à qual todos os cristãos devem obediência, exceto quando ela promove algo contrário às Escrituras, sendo seu o dever puramente secular de prover o bem-

estar dos súditos. Dizia também que “perante Deus o poder secular é algo insignificante, insignificante demais para que a gente resista, desobedeça e discorde por causa dele, aja ele com justiça ou não” (OSel, Volume 2, p. 154), afirmação que contrasta com a sua ideia de que a boa ordem política é um dom gracioso de Deus. Em “Conversas à Mesa”, Lutero afirma que “O governo é um sinal da graça divina, da misericórdia de Deus” (2017, p. 383) e que “O magistrado é um elemento necessário ao mundo e deve ser tido em honra; portanto, devemos orar pelos magistrados, que podem facilmente ser corrompidos e pervertidos” (2017, p. 384). Ainda nesses dois tratados Lutero convoca, uma vez mais, as autoridades seculares para promoverem a Reforma, já que para ele os poderes seculares devem fazer o que for necessário para restaurar o funcionamento adequado das autoridades espirituais e também enquadrar as autoridades eclesiásticas quando estas cometerem crimes seculares.

Os bons resultados políticos dependem, em última análise, da concessão de Deus. Lutero declarava sua opinião nesses termos muito mais para reconhecer sobriamente os seus limites do que para dizer abertamente que ele não tratou de determinadas questões com a medida certa de sagacidade, como no caso da sua supressão a partir da Dieta de Worms, momento em que Lutero experimentou a hostilidade dos Príncipes Eleitores que não eram seus partidários, diante do que ele declara que os príncipes são os maiores tolos e patifes da Terra. Para ele, era obrigação do príncipe promover o bem-estar externo da igreja na Saxônia e, às vezes, também o interno, porque, como já se demonstrou, Lutero tratou de não misturar o governo espiritual e o temporal. Assim, ele conseguiria manter a sua influência sobre os rumos espirituais da igreja, de um lado e os temporais do governo secular, de outro.

Ainda nesses tratados, ele afirma que, em nome da autoridade divina, os pregadores também tinham de proclamar os mandamentos de Deus para os governantes políticos. Por outro lado, ele tratou de não autorizar que governantes políticos interferissem na vida dos pregadores, ao menos em determinados assuntos, que tiveram um papel fundamental na vida política junto aos Conselhos Municipais, como já se demonstrou nesta pesquisa.

A partir de 1522, dois anos após o Edito de Worms, Lutero já concentrava os seus esforços em duas frentes: primeiro, encorajar os pregadores a levarem a mensagem evangélica pelas cidades menores e depois a denunciarem como ilegítimos os esforços dos príncipes hostis à causa da Reforma.

A respeito da primeira frente, Lutero escreve, em 1523, um importante tratado: “Direito e Autoridade de uma Assembleia ou Comunidade Cristã de Julgar toda Doutrina, Chamar,

Nomear e Demitir Pregadores – Fundamento e Razão da Escritura”. Trata-se do Volume 7 das “Obras Seleccionadas”, sobre o qual RIETH afirma que

A comunidade de Leisnig, localizada no Eleitorado da Saxônia [...], solicitara a Lutero uma orientação sobre o modo de organizar futuramente sua comunidade. [...] eles deliberaram a respeito da introdução de um estatuto comunitário evangélico. Posteriormente, quando a comunidade quis investir em seu ofício dois pregadores, surgiram dificuldades de cunho jurídico-eclesiástico. (p. 25)

Com relação à segunda frente, Lutero denuncia a ingerência principesca em questões de fé, por conta de quando os príncipes católicos proibiram a publicação de sua tradução do Novo Testamento. Para denunciá-la, o reformador publica o seu tratado político mais importante: “Sobre a Autoridade Secular”, já apresentado nesta pesquisa.

No final do reinado de Frederico na Saxônia, era patente que a situação das paróquias havia se renovado completamente. Lutero, contudo, continuava, através dos seus conselhos e sermões, aumentando sua influência e corrigindo problemas em relação aos pastores e às propriedades. O reformador, a propósito, teve de, muitas vezes, convencer o eleitor a subsidiar os pastores visitantes com suas consideráveis despesas pessoais. Quando tais recursos eram negados, Lutero ameaçava abandonar o território da Saxônia e, mais do que isso, de lá retirar os seus pregadores. A referência a esse tipo de patrocínio aparece claramente em um tratado prefaciado por Lutero em 1528.

O tratado “Visitação” “constitui fruto expressivo da ação conjunta dos reformadores” (OSel, Volume 7, p. 257) e, segundo BECK (OSel, Volume 7, p. 257), é de fundamental importância para quem deseja conhecer a Reforma, porque serve de base para a Confissão de Augsburgo. Verifica-se nele que as comunidades pouco poderiam fazer para lidar com os problemas práticos da Reforma sem a cooperação e assistência das autoridades seculares. As congregações locais frequentemente buscavam ajuda das autoridades, em busca de patrocínio para subsidiar o seu pastor. Além disso, a quem pertenciam a renda e a propriedade das igrejas locais? Estavam nas mãos de indivíduos ou de instituições? Pertenciam ao Conselho Municipal ou aos príncipes territoriais? Alcançar a estabilidade nesses conflitos era sempre tarefa dos governos seculares. Lutero argumentava que esse assunto era de interesse dos governantes locais.

Para resumir, entende-se que, com o passar dos anos, Lutero foi ampliando cada vez mais o escopo da atuação da autoridade secular, o que, como se demonstrou no tópico sobre as mudanças na linha de ação, seria inevitável. Ou seja, o seu ensinamento era de que a autoridade

secular não poderia forçar ninguém a aceitar qualquer coisa em matéria de fé, mas o que se sabe é que o Eleitor da Saxônia acabou proibindo, a mando de Lutero, a celebração da missa, que, segundo o reformador, era uma blasfêmia pública, e, no interesse da paz e da ordem pública, somente uma doutrina deve ser pregada em qualquer comunidade. Quem deveria regular isso? A autoridade secular. Modificar a liturgia é modificar a teologia, e a autoridade secular, já em 1522, estava com os seus tentáculos postos sobre a prática litúrgica da Igreja na Alemanha.

CAPÍTULO 3: A COMPREENSÃO DE LUTERO EM QUESTÕES POLÍTICAS

Neste capítulo, será abordado o desconhecimento inicial e o preparo que Lutero teve de adquirir para poder lidar com as questões políticas de sua época. Ainda que somente em 1534, o reformador admite abertamente que era “inexperiente em assuntos da corte e sabia muito pouco sobre as manhas e artifícios que prevalecem ali” (OSel, Volume 6, p. 140). Apesar disso, com o tempo pôde instruir-se a esse respeito e manifestou-se várias vezes sobre questões políticas mais gerais e também as específicas. É importante fazer essa distinção porque, verificando o que Lutero teve de aprender para poder agir politicamente, será possível entender o que ele deixou de fora.

FISCHER afirma que o reformador “muitas vezes foi expressamente consultado por governantes e solicitado a dar seu parecer, como teólogo, sobre questões políticas” (OSel, Volume 6, p. 117). Lutero gozava particularmente da estima do Príncipe-eleitor João, o Constante, que o procurou diversas vezes para discutir soluções para problemas políticos intrincados. O reformador respondia-lhe através de audiências pessoais, cartas, pareceres e prédicas. Considerando a influência que Lutero passou a exercer sobre certas questões políticas, será analisado neste capítulo parte dos principais tratados por ele elaborados sobre temas políticos como Estado, governo e poder político, sendo este último apresentado de forma entremeada, uma vez que, por definição, um tema é permeado pelo outro.

3.1 O Quadro Político do Mundo de Lutero

A ideia de haver um imperador era a referência mais importante no começo da Idade Média. Na época de Lutero, isso já era bastante diferente, porque delineava-se cada vez com mais clareza a ideia de estados nacionais europeus, que vinham sendo formados. No início, eram só França e Inglaterra; depois ocorrem reivindicações de outros Estados por soberania, surgindo as cidades-estados e, por fim, as repúblicas.

Uma outra concepção importante na Idade Média era o papado, que na época de Lutero também já havia perdido muito da sua força. O desgaste do papado começou com o chamado Cativo Babilônico dos Papas em Avinhão (1309-76), momento em que o papa mudou-se para Avignon. Os historiadores afirmam que esse episódio deteriorou gravemente as forças e o prestígio do papado. Resumindo o que foi esse cativo, basta dizer que a tensão entre o Papa

Bonifácio VIII e o Rei da França, Filipe IV, (Filipe o Belo)⁹, fez com que o rei pensasse em convocar um concílio para julgar o papa. O concílio não ocorreu, mas estava lançada a semente do futuro “conciliarismo”, considerado uma heresia para os católicos romanos. Filipe o Belo invade Roma e manda prender o papa, que consegue escapar mas morre em seguida. Realiza-se o Conclave para a eleição de um novo papa, sendo eleito Clemente V, que resolve fixar a sua residência em Avignon.

Portanto, o fato de mudar a sede do sucessor de Pedro, segundo a teologia católica, acarretou o questionamento da sua autoridade espiritual universal, muito antes que Lutero o fizesse. Desse modo, pode-se dizer que esse significativo cisma da Igreja no Ocidente já evidenciava, naqueles dias, uma grande crise espiritual. Esse fato levou os estados europeus a defenderem sua soberania nacional frente ao universalismo do papado.

Quando se analisa o quadro secular, deve-se considerar a aparição de três monarcas de personalidade muito forte: Carlos V de Habsburg, o Imperador do Sacro Império Romano-Germânico; Francisco I, o Rei da França; e Henrique VIII, que, segundo alguns historiadores, era o mais vital e criativo dos três. Suas ideias sobre política, monarquia e Igreja sobressaem-se ao limite do que era comum na época. Esses foram monarcas responsáveis por introduzir, dentro e fora dos seus reinados, mudanças históricas decisivas.

Cabe, ainda, lembrar de um outro grande monarca, o Sultão Solimão o Magnífico (1520-1566), que durante seu reinado adentrou amplamente na política europeia.

Coloque-se ainda neste quadro o Renascimento italiano, movimento pontual do norte da Itália que, por meio da própria Igreja, foi espalhado por quase todos os países da Europa.

Dentre todos esses acontecimentos decisivos para os rumos da história do Ocidente, o que mais interessa neste tópico é o embate político entre Carlos V e a Reforma. O monarca considerou este evento como um acontecimento derivado de sua alta função, pois “queria defender tanto a autoridade de seu poder político, como a ameaça à unidade da Cristandade, cujo mais alto cargo secular ocupava” (LILJE, 1983, p. 13).

O mesmo autor também afirma que

O império germânico foi um sistema político baseado numa concepção espiritual grandiosa, à qual não havia só pertencido os alemães, mas também os italianos, pelo menos a região norte da Itália, onde floresce o Renascimento, os boêmios, holandeses, e

⁹ George H. Sabine dedica um capítulo inteiro da sua obra “História das Teorias Políticas” para tratar de Filipe o Belo e do Papa Bonifácio VIII, e de como esse episódio virou uma nova página nas teorias políticas existentes. O capítulo é notável principalmente porque Sabine resenha importantes tratados escritos na época explicando o imperialismo papal, como a obra “De ecclesiastica potestate”, escrita por volta de 1302 por Egídio Collona.

daneses. Depois dele, forma-se um novo equilíbrio de forças entre os Estados nacionais em gestação, os numerosos principados menores do Renascimento, os Estados-repúblicas da Itália e, finalmente, uma Igreja-Estado que perseguia a mesma autonomia secularizada. (LILJE, 1983, p. 13)

Trata-se, portanto, do surgimento de uma nova configuração política no cenário europeu, de um momento em que o poder secular também deseja livrar-se do poder dos senhores feudais. Como se sabe, a Itália, especialmente a região norte, avança nesse sentido com as suas cidades-estados e novos princípios políticos. Evidentemente, os príncipes territoriais alemães não permaneceram à margem dessa evolução dos fatos, independente da Reforma, mas é fato notório que a Reforma contribuiu muito para esse objetivo.

Acerca do Direito Divino dos Reis, já mencionado no primeiro capítulo da dissertação, LILJE afirma:

Medita-se, agora, mais e mais como uma questão teológica, de princípio [...]. A autoridade dos monarcas perde sua posição metafísica [...]. Dois séculos mais tarde, o absolutismo, definitivamente temporal, assumiria esta herança. (1983, p. 16)

Considerando essa breve análise do mundo político da época de Lutero, pode-se afirmar que suas ações catalisaram a sensibilidade nacional da Alemanha.

Neste último capítulo, será abordado, uma vez mais, o texto “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, onde se pode verificar que o programa de Lutero, pela lógica interna do texto, não visava só à reforma da Igreja.

Seu problema principal era a criação de uma sociedade cristã nacional. Na verdade, essa sociedade nacional deveria ser um membro articulado da sociedade cristã universal; e já que essa sociedade universal encontrou sua expressão organizacional na igreja, e já que ele não tinha nenhuma intenção de abolir a igreja universal, a reforma da igreja no sentido convencional, para fazê-la compatível com as exigências de uma sociedade nacional melhorada, era tecnicamente de importância igual ao problema principal. (VOEGELIN, 2014, p. 282)

De acordo com o autor, o problema da reforma nacional foi central para Lutero. Tornase necessário, por isso, verificar os princípios que lhe inspiraram essa ideia.

3.2 Lutero e sua concepção de Estado

Tratar das bases filosóficas e teóricas de um assunto tão vasto é matéria para outra pesquisa. A ideia neste tópico é verificar o entendimento de Lutero quanto à questão do Estado e seus desdobramentos, relacionados às ideologias políticas na modernidade, de forma a atender à proposta desta dissertação.

Sobre isso, FISCHER afirma:

Não se pode negar que a concepção de Lutero tenha contribuído para o surgimento da conceituação moderna de Igreja e Estado a partir da época do Iluminismo. Neste sentido Lutero representou, dentro do seu tempo, a modernidade. (OSel, Volume 6, p. 118)

Considerando a passagem acima, entende-se que a concepção de Lutero sobre o Estado pode ser analisada sob o ponto de vista desta pesquisa, isto é, como berço das ideologias políticas na modernidade. Deve-se dizer, contudo, que não foi encontrado nas obras de Lutero um conceito claro de Estado que possa ser tomado como uma concepção. Naturalmente, Lutero não conhecia o Estado com a grande estrutura político-administrativa e impessoal moderna. Os “conceitos” de estado proletário, estado burguês, estado democrático e outros sequer existiam.

O Estado para Lutero era algo muito mais simples e pessoal. Era a pessoa do príncipe. Por isso, mesmo que se leia nos seus tratados alguma concepção de Estado, não será suficiente para considerá-la uma teoria. Ou seja, ele não elaborou um conceito capaz de abarcar todos os modelos possíveis de Estado. Por uma razão óbvia, Lutero não é um teórico do estado germânico.

Sobre isso, VOEGELIN afirma que “Lutero não tinha nenhuma teoria do Estado, [...] porque o termo estado ainda não era parte do vocabulário ocidental” (2014, p. 307).

O que se encontra é a expressão “estamento”, que está sempre ligada a uma espécie de função ou posição social. De acordo com LIENHARD (1998, p. 215),

Lutero não conhecia, evidentemente, o Estado moderno, conjunto de instituições anônimas e realidade transpessoal, independente de todo vínculo com a metafísica. No essencial ele teve a ver com o Estado territorial, um Estado no qual cada habitante podia mais ou menos discernir as estruturas e onde o poder era exercido pelo príncipe e pelos magistrados das cidades.

É na “Doutrina dos Dois Reinos”, já abordada no capítulo primeiro desta pesquisa, que a sua visão sobre o Estado fica mais clara. Nela, Deus teria estabelecido dois tipos de governo ou regime entre os homens: o espiritual (representando a mão direita de Deus), que se vale da

Palavra para que os homens se tornem bons, e o secular (a mão esquerda), que faz uso da espada com esse mesmo objetivo. O regime secular, para Lutero, é um regime distinto do espiritual, mas também por meio dele Deus deve ser honrado, não obstante tenha ele uma existência própria, fora do reino de Deus.

No Estado, o poder é exercido pelos príncipes e pelos magistrados das cidades. Lutero afirma que Deus derruba os poderosos quando estes não exercem a sua função de acordo com a vontade Dele, isto é, quando dão ordens além do seu poder, quando querem ser mestres de Cristo. Deus o faz, mas sem aos tronos destruir, pois “enquanto a terra existir tem que haver autoridade, governo, poder e tronos” (OSel, Volume 6, p. 65).

Contudo, sabe-se que “Lutero dificilmente poderia reconhecer de forma mais explícita que toda autoridade política emana de Deus” (SKINNER, 1996, p. 297), e a ideia principal por ele apresentada é a da existência de dois estamentos, o secular e o espiritual, conforme já apresentado.

O Estado possui, na visão de Lutero, origem divina e teria sido instituído para preservar a ordem e a paz no mundo, reprimindo os que prejudicam a sua conquista. Fischer afirma que, para Lutero, à autoridade secular, representada pela espada, cabe o poder político com o objetivo de garantir o convívio pacífico das pessoas na sociedade e o bem-estar terreno, sendo que “onde tal poder está sendo exercido, há Estado” (OSel, Volume 6, p. 118). Pode-se afirmar, assim, que, para Lutero, o Estado deve preservar a ordem pública, fazendo-o por meio da espada, ou seja, valendo-se da possibilidade de causar algum dano àqueles que não se submetem ao seu controle.

Para Lutero, as funções do Estado não se confundem com as da Igreja. São funções distintas, mas isto não significa que Igreja e Estado não caminhem independentemente um do outro. São os dois braços de Deus. Os dois devem trabalhar para o melhoramento da sociedade. Por essa razão, as reformas propostas por Lutero visam reestruturar não só a Igreja como toda a sociedade.

Para que esse ponto fique mais claro, será necessário voltar um pouco no tempo. A ideia de sociedade cristã aparece mais claramente no início da institucionalização da Igreja, isto é, no século IV, com Constantino, que transforma o cristianismo na religião oficial do Império Romano. É importante destacar que não se trata de uma ideia que os cristãos tiveram, mas de uma medida tomada pela autoridade do poder secular, não pela espiritual. Mesmo assim, desde o início ocorreram muitos conflitos entre a Igreja e as autoridades civis, isto é, entre a Igreja e o Estado.

Portanto, desde os 4º Século , a força ativa era a autoridade civil. Outro exemplo dessa realidade vem da iniciativa dos senhores feudais. Eles ordenavam a construção de igrejas e doavam seu dinheiro para mantê-las. Cada um tinha o seu exército, determinava quem seria o padre local e o horário das missas, nomeava os bispos e abades, detinha o direito e a justiça. Quem, portanto, governava os assuntos mais importantes da Igreja era o senhor feudal. Faziam-no também porque a fé cristã era o único fator capaz de unir a sociedade caótica, dividida entre os senhores feudais que lutavam cada um pelos seus interesses particulares.

Nessa época, o papado não tinha força para controlar essa situação. Em alguns casos, o papa enviava bispos para determinados lugares, mas muitos eram mortos no caminho ou mandados de volta quando chegavam ao destino. COLLINSON afirma que

A Reforma nas cidades pode ser considerada não tanto como virar uma página de sua história medieval quanto o último capítulo de uma história medieval que já vinha há algum tempo erodindo o poder eclesiástico em favor dos magistrados civis. (2006, p. 177)

Assim sendo, pode-se observar que a tendência geral era o fenômeno que os historiadores chamam de patrimonialização da Igreja, ou seja, converter a igreja em propriedade privada de quem a construiu.

Mesmo nos tempos de Lutero, o poder central, seja da Igreja, seja do Estado, ainda era uma realidade muito frágil. Para COLLINSON:

Muito antes da Reforma, os bispos estavam, na verdade, excluídos de Estrasburgo, por exemplo, e o arcebispo de Colônia, a Roma alemã, somente recebia permissão para entrar na cidade mediante condições estritas. A magistratura havia muito considerava como de sua alçada o auxílio aos padres e a regulamentação de assuntos sexuais e conjugais. Assim, foram os magistrados e os conselhos das cidades quem passou a confiscar os mosteiros, expulsar monges e padres, aboliu a missa e as procissões religiosas, nomeou pregadores e até mesmo os instruiu sobre o que deveriam dizer.

A Igreja na Alemanha não mais regulava as suas propriedades, seus bens e todo o resto. Esse controle passara a ser feito pelo Estado. Conforme o programa de reforma de Lutero, exposto no tratado “À Nobreza Cristã”, este poder de controle do Estado tinha como objetivo o bem-estar da nação alemã. Ele trata disso em alguns artigos desse texto.

No artigo 10, Lutero pede que as autoridades temporais proibam o pagamento de anates a Roma, contra os danos causados à nação alemã; que a confirmação de bispos não venha mais de Roma; e que causas temporais não seja encaminhadas a Roma mas permaneçam nos tribunais nacionais; que toda a autoridade do papa sobre o imperador seja rejeitada: “O papa deve abster-

se e tirar sua colher da sopa, não se arrogando título algum sobre o reino de Nápoles e da Sicília.” (OSel, Volume 2, p. 306) Note-se que nesta passagem o reformador generaliza o princípio do estado nacional autônomo. Para Lutero, “o imperador não deveria permitir que o papa possuía tal feudo” (OSel, Volume 2, 306) e a Igreja deveria abrir mão da Bolonha, Imola, Vicenza, Ravena e outras províncias da Itália.

O artigo 12 trata das indulgências e das peregrinações a Roma. Entende-se que todos esses pontos estão muito mais ligados a uma reforma da sociedade do que a uma reforma da Igreja somente. A questão é qual braço deve fazer mais força para reformar a sociedade. A resposta é que isso cabe ao Estado. O resultado desse esforço fica claro e é a criação de uma Igreja-Estado.

Em resumo:

Embora os primeiros treze artigos contemplem uma autonomia aumentada do estado cristão nacional dentro do universal, os dez artigos seguintes (14-23) podem ser descritos como um ataque à excrescência abusiva da vida religiosa e como uma tentativa de reformar a prática religiosa por uma injeção de moralidade racional. (VOEGELIN, 2014, p. 284)

Um dos artigos mais importantes para este tópico da pesquisa é o artigo 26, em que Lutero trata do status do império. “O alvo de Lutero é a autoridade papal sobre o imperador, assentada no título da *translatio imperii* para o Ocidente” (VOEGELIN, 2014, p. 286).

Lutero inicia dizendo:

Sei muito bem que o pessoal de Roma vai pretextar e enfatizar com muito espalhafato que o papa teria tomado o Sacro Império Romano do imperador grego e o teria trazido para os alemães; por essa honra e por esse benefício ele teria merecido e adquirido a sujeição, a gratidão e todo benefício junto aos alemães. (OSel, Volume 2, p. 333)

Lutero afirma, e com razão, que do Império Romano nada mais resta. A Alemanha só tinha o título e o papa tinha o país e as cidades. Portanto,

Que o papa entregue Roma e tudo que ele possui do império, livre nosso país de sua insuportável tributação e extorsão, devolva nossa liberdade, o poder, os bens, a honra, corpo e alma e deixe um império ser aquilo que cabe a um império, para que se cumpram as suas palavras e alegações. (OSel, Volume 2, p. 335)

Entende-se que, especialmente com o artigo em questão, Lutero dá uma importante contribuição para a teoria da política. Isso porque, de acordo com o reformador, se o império é

alemão, os alemães é que devem governá-lo, não o papa, que por sua vez tenta se colocar acima dos imperadores ao querer ser um sem podê-lo.

Finalmente, no artigo 27, Lutero trata diretamente de reformas na esfera temporal, matéria que se repetirá em outros tratados. Segundo ele, a nação alemã não mais deveria gastar seu dinheiro com luxos de roupas; abster-se de realizar compras com taxas de juros; e reformar a legislação para acabar com os bordéis.

Voltando mais uma vez à história, verifica-se que o poder civil e o poder espiritual, para tentarem livrar-se das consequências do feudalismo, como a falta de controle político sobre as cidades, ressuscitaram o direito romano. Quando isso ocorre, a Europa cristã passa a ter um ordenamento jurídico de um império pagão, o que provocou uma grande tensão, já que o direito romano não reconhecia nenhum papel à Igreja. Lutero reconhece essa questão quando, em 1534, comenta o Salmo 101, do qual se falará mais adiante.

O direito imperial, segundo o qual o Império Romano é governado ainda hoje e o será até o dia derradeiro, nada mais é do que sabedoria pagã, estabelecido e instituído pelos romanos antes mesmo de Roma ter ouvido alguma coisa a respeito de cristãos ou do próprio Deus. (OSel, Volume 6, p. 188)

Assim, para se instituir uma sociedade cristã, como objetivavam os movimentos Hussita e Taborita, os quais desaguam nas reformas de Lutero, seria necessário criar um Estado que se inspirasse na Bíblia. Essa é a proposta de Lutero. A questão, nesse sentido, é como fazer isso se o ordenamento jurídico desse Estado não reconhece nenhum papel para a Igreja. A resposta é a reforma do Estado. Quanto à Lutero, VOEGELIN afirma que “em seus escritos o termo reforma aplica-se tanto a uma redução das taxas de juros dos Fuggers ou a leis suntuárias, quanto à venda de indulgências ou o fluxo de *annates* para Roma” (2014, p. 289).

A concepção de Estado do reformador aparece em outros escritos para também argumentar que os cristãos sequer necessitavam de um Estado mas deveriam obedecer ao Estado por amor ao próximo. O Estado é um remédio para o pecado, um remédio para prevenir a desordem e a anarquia. Assim, mesmo que relacionado ao mal, o Estado é uma benção de Deus, sendo uma de suas tarefas garantir e proteger a religião. Este é o apelo de Lutero aos príncipes cristãos, que eles reformem a Igreja, a qual faz parte do Estado, já que a Igreja não queria reformar-se a si mesma.

Para o reformador, o Estado é ordenado por Deus e é um dom para a vida terrena. Como consequência, os cristãos não podem menosprezá-lo, mas devem obedecê-lo e seguir o seu funcionamento. Os homens que estão revestidos de autoridade no Estado são como deuses

abaixo de Deus. Têm a responsabilidade de manter a ordem suprimindo a desordem e a anarquia, daí a necessidade de os governantes exercerem seu poder justamente, sofrendo o justo castigo de Deus se não o fizerem. Eles podem e devem ser chamados a prestar contas diante da palavra de Deus, contra a qual não podem resistir. Comentando o Salmo 101, Lutero diz que “Davi mostrou com seu exemplo como reis e príncipes probos devem servir a Deus, para que, através de sua ajuda e cooperação, sejam promovidas a palavra e a honra de Deus” (OSel, Volume 6, p. 183). Pela importância desse tratado para o desenvolvimento deste capítulo, ele será evocado mais adiante.

Por outro lado, diante das injustiças cometidas pelo Estado, os cristãos não podem rebelar-se, apenas sofrer. Ao menos essa é a sua concepção em 1520, a qual viria a mudar nos seus últimos escritos sobre esse tema, conforme se verá.

As dificuldades da posição de Lutero ficaram evidentes na Rebelião dos Camponeses (1524-1525). Inicialmente, o reformador simpatizou com a causa dos camponeses, mas após a rebelião publicou duros ataques contra eles, em parte por causa de sua posição contrária a qualquer tipo de resistência violenta, o que já foi explicado neste estudo; em parte porque acreditava que os camponeses estavam confundindo a liberdade cristã com a rebeldia.

Para Lutero, a obediência a Deus é mais importante do que a obediência ao Estado. Em sua luta contra a Igreja Católica, ele retirou seu apoio do imperador e o transferiu para os príncipes. O reformador “realizou esta mudança quando uma quantidade de juristas declararam que a autoridade constituída eram os príncipes e que o imperador havia deixado de proceder como tal” (DILLENBERGER; WELCH, 1954, p. 62). De acordo com COLLINSON,

Admite-se que as convicções políticas de Lutero fossem ambíguas, condicionadas por aquilo que os eruditos conhecem com o nome de *Zwei-Reiche-Lehre*, ou Doutrina dos Dois Reinos. Ele separava o domínio espiritual de Deus e sua palavra, das *geistliche Regiment*, do governo temporal, das *Weiltliche Regiment*, ou até mesmo do *Teufels Reich*, o governo do Demônio. Se o mundo fosse totalmente cristão, não haveria necessidade de governo, mas, como não era, os cristãos deveriam estar prontos para servir o governo, até mesmo, como ele certa vez escreveu, para fornecer carrascos. (2006, p. 172 e 173)

Esses dois regimes, em relação a Deus, devem ser misturados, seja o regime secular, seja o espiritual. Portanto, em relação a Deus, um não deve ser melhor ou maior que o outro. Lutero, assim, concluía que abaixo de Deus não haveria confusão entre esses dois regimes.

No seu tratado do Salmo 101, o reformador afirma:

Confusão e mistura de regime secular e espiritual, porém, acontecem quando os elevados espíritos presunçosos querem mudar e corrigir o direito civil de forma autoritária e dominadora, quando eles não têm nenhuma ordem nem autoridade para isso, nem de Deus nem de homens. O mesmo acontece quando príncipes e senhores espirituais ou seculares querem modificar ou corrigir de maneira autoritária e ditatorial a palavra de Deus. (OSel, Volume 6, p. 186)

Segundo Lutero, a confusão acontece quando nenhum dos dois regimes dispõem-se a obedecer a Deus no cumprimento dos seus respectivos ofícios. Palavra também usada por Lutero como sinônimo para o regime espiritual. É por essa razão que Lutero acredita na transformação completa do Estado, pela transformação da sociedade, por meio da submissão de todos a Deus.

Lutero nunca considerou o Estado um fim em si mesmo, por ser primordialmente um meio para se atingir determinado fim. E, na disputa entre o poder espiritual e o secular, o seu objetivo era sujeitar o primeiro, na maior parte das suas obrigações, ao direito divino do rei.

3.3 Lutero e sua concepção de governo secular

Para Platão e Aristóteles existem três formas de governo: a monarquia, a aristocracia e a democracia. O governo ideal, para eles, era a monarquia. Em seguida, a aristocracia e, por último, a democracia, esta, contudo, como resultado da queda das virtudes na sociedade, sendo, assim, uma espécie de acomodação no mínimo necessário para governar uma sociedade.

Ao contrário dos filósofos antigos, Montesquieu entendia que a democracia era a melhor forma de governo, por se tratar de um sistema baseado nas virtudes civis, no qual a constituição é o instrumento para regular o Estado.

Para a Igreja, o governo ideal é um misto de todos esses modelos. Até o tempo de Lutero, a instituição romana tinha sua visão sobre o assunto moldada pelo livro “A Monarquia Eclesiástica do Romano Pontífice”, de São Alberto Belarmino, defendendo, pois, que não poderia haver um governo eclesiástico em poder dos príncipes seculares.

O autor do livro explica que, depois do pecado original, a Igreja não conseguiria mais instaurar a monarquia como a melhor forma de governo. A partir desse entendimento, a Igreja passa a defender que o melhor possível seria um regime misto. A parte democrática diz respeito aos padres, função para qual qualquer pessoa poderia se oferecer, mediante o devido preparo. O aspecto aristocrático concerne aos bispos e cardeais, uma vez que, entre os sacerdotes, existem aqueles que são mais virtuosos e, de forma ideal, buscam um maior aprimoramento espiritual, estando aptos a se tornarem bispos e, posteriormente, ao menos aqueles que se

encontram num estágio ainda mais elevado de santidade, cardeais. A perspectiva monárquica está diretamente ligada ao papa, escolhido entre o grupo mais seletivo da hierarquia.

Esse monarca não necessita de constituição para limitar seus poderes, uma vez que ele, tendo sido escolhido por ser o mais santo, recebe essa limitação diretamente de Deus. O papa, por sua vez, concede uma certa autonomia para os bispos, que são a oligarquia, poderem governar as suas dioceses. O papa, na prática, não é limitado por nenhum poder. Inclusive, o poder político que detinha na época de Lutero havia extrapolado todos os limites da moral cristã.

Segundo o tratado de São Alberto Belarmino, os reis não podem usurpar os ofícios dos bispos, presbíteros e diáconos, isto é, a pregação da palavra de Deus, o batismo, a consagração etc. Para o autor do livro, os reis não são os supremos magistrados da Igreja, devendo guardar as leis divinas, mas não interpretá-las; devendo, ainda, impedir, através dos editos e das penas, as blasfêmias, heresias e sacrilégios. Quanto a esses pontos, a posição de Lutero é semelhante.

No Volume 6 das “Obras Seleccionadas de Lutero”, a parte intitulada “do Governo”, que foi bastante citada na seção anterior, é composta por cinco textos escritos em épocas diferentes. O primeiro texto apresentado é de 1521: “Discurso do Dr. Martinho Lutero perante o Imperador Carlos V e os Príncipes na Assembleia de Worms”. É importante destacá-lo porque se trata de um dos momentos mais importantes do período da Reforma, quando Lutero, já excomungado pelo papa, é convocado a comparecer perante as mais altas autoridades do império para retratar-se de suas convicções e dos textos e pregações que questionavam o governo da Igreja; entre tantos outros elementos já tratados nesta pesquisa.

FISCHER (OSel, Volume 6, p. 123), na introdução desse texto, declara que, no momento em que Lutero compareceu perante Carlos V, em Worms, delineou-se mais claramente a distinção entre Igreja e Estado, isso porque o reformador não se retratou, falando especialmente daqueles escritos em que investe contra o papado e os seus negócios: “Se agora eu me retratasse, não estaria fazendo outra coisa senão defender o poder do tirano e abrir não só as janelas, mas também as portas para tão grande impiedade” (OSel, Volume 6, p. 124). O reformador ainda diz: “Além disso, haveremos de cuidar para que o governo desse excelente jovem príncipe Carlos (no qual depositamos grande esperança depois de Deus) não venha a ser infeliz, inauspicioso” (OSel, Volume 6, p. 126). O Imperador Carlos V tinha 21 anos e dizia que Lutero não o faria um herege. Lutero, por sua vez, tinha 37 anos e, segundo o testemunho de alguns, mostrou-se muitíssimo preocupado com essa primeira audiência, exatamente onde profere as famosas palavras:

Visto que Vossa Sereníssima Majestade e Vossas Senhorias exigem uma resposta simples, quero dá-la sem cornos e sem dentes do seguinte modo: a não ser que seja convencido pelo testemunho das Escrituras ou por argumento evidente (pois não acredito nem no papa nem nos concílios exclusivamente, visto que é certo que os mesmos erraram muitas vezes e se contradisseram a si mesmos) – estou vencido pelas Escrituras por mim aduzidas e minha consciência está presa nas palavras de Deus – não posso nem quero retratar-me de nada, porque agir contra a consciência não é prudente nem íntegro. Que Deus me ajude. Amém.” (OSel, Volume 6, p. 126)

Em conformidade com a passagem acima, Lutero dizia estar disposto a retratar-se se fosse convencido dos seus erros, o que seria provocar uma disputa teológica que o Imperador absolutamente já havia descartado. Por outro lado, também esperava encontrar eco no coração dos alemães que estavam insatisfeitos com tanta tirania contra a nação alemã.

As autoridades civis ficaram perplexas porque Lutero, mesmo diante do imperador, estava decidido a não se retratar. Alguns até diziam que o imperador estava sendo muito clemente com um homem intransigente, alguém que já era tido como um herege, excomungado pelas mesmas heresias de Hus.

O seu tratado de 1523, “Da Autoridade Temporal, até Onde o Homem Deve Obediência”, traz uma exposição mais clara sobre a autoridade governamental, embora se perceba uma mudança em sua concepção quando comparada ao tratado de 1520, já analisado no tópico anterior.

A ocasião já é de proibição da sua tradução do Novo Testamento em algumas regiões da Alemanha. Lutero explica, com base em Romanos 13.1, texto que também serve de base para sua exposição do tratado de 1520, que as pessoas deveriam desobedecer essa ordem do governo e sofrer as consequências como mártires.

É como se o estamento cristão estivesse, uma vez mais, sob o domínio da perseguição feita por Roma nos primeiros séculos. Lutero diz: “Anteriormente escrevi um livrinho à nobreza alemã e mostrei qual é seu ministério e função cristã [...], agora tenho que concentrar meus esforços em outro sentido e escrever o que não devem fazer.” (OSel, Volume 6, p. 81) Obviamente não deveriam exigir a entrega das traduções do Novo Testamento de Lutero. A pergunta é se os cristãos são de novo uma minoria disposta a desobedecer uma ordem de um magistrado pagão, eles que “atrevem-se inclusive a sentar no trono de Deus e a dominar as consciências e a fé” (OSel, Volume 6, p. 81). VOEGELIN afirma que esses problemas “assaltarão todo o curso da história política e intelectual ocidental futura; pois nos anos subsequentes a 1520 podemos observar na crueldade de seu começo os efeitos de longo alcance da atividade de Lutero” (2014, p. 309).

Por que Lutero muda de posição? Por que chama os príncipes agora de patifes? Primeiro Lutero diz que a espada secular existe por ordem de Deus, que os que pertencem ao reino de Deus não necessitam da espada secular; dela necessitam somente os que pertencem ao reino do mundo, ou seja, todos os não-cristãos. Lutero então é forçado a assumir a posição de autoridade espiritual para combater as autoridades temporais não cristãs. Assim, no espaço de três anos, Lutero “tinha destruído tanto os poderes espirituais quanto os poderes temporais carismáticos do equilíbrio gelasiano medieval” (VOEGELIN, 2014, p. 309). Agora, cada indivíduo tem sua própria Bíblia e consciência e por elas deveriam guiar-se contra os poderes espirituais que haviam se transformado no anticristo e também contra os poderes temporais da autoridade secular pagã. Trata-se de uma situação insuportável, bastando lembrar de um século e meio de guerras sangrentas até a estabilização com uma pluralidade de Estados seculares e também de igrejas que surgiram depois disso, matéria que será detalhada na última parte do trabalho.

Uma outra questão importante surge a partir da divisão feita por Lutero entre aqueles que são do reino de Deus e os que são do reino deste mundo, ou seja, os não-cristãos, para quem o poder da espada foi feito; são ainda aqueles que se dizem cristãos, foram até batizados, mas não são cristãos de fato. Para estes também a autoridade secular oferece a espada; então, uma vez mais, volta-se ao poder e controle do governo para resolver a situação. Se o governo impedir que os cristãos verdadeiros tenham a sua Bíblia, estes devem resistir, o que faria voltar a situação de que cada cristão, individualmente, deve seguir a sua consciência.

Obviamente não há nenhuma maneira de sair dessa confusão. Quando a ordem da tradição e das instituições é destituída, quando a ordem é posta à mercê decisionista da consciência individual, descemos ao nível da guerra de todos contra todos. Uma suspensão temporária de tal anarquia pode vir apenas pela formação de novas ordens de comunidade em que a tradição é em parte recapturada e, com força socialmente ativa, imposta como uma ordem pública objetiva sobre consciências rebeldes. Essa é a situação da qual emergiu a nova ordem de necessidade, o Estado secular. (VOEGELIN, 2014, p. 312 e 313)

Quando os camponeses decidem rebelarem-se contra as autoridades seculares, Lutero responde que essa já é uma transformação da liberdade cristã em uma liberdade carnal, devendo o governo secular intervir.

A título de resumo, pode-se afirmar que, em 1520, Lutero trata, mesmo que não abertamente, os reis e príncipes como bispos por necessidade, explicando que a reforma deve ser feita por palavra e ensino, não com morte e afogamento; e os convoca a reformar a sociedade. Em 1523, Lutero trata esses mesmos príncipes como caterva e os maiores patifes e loucos da Terra, que se atrevem a dominar as consciências livres e a fé dos cristãos. Finalmente,

em 1525, quando os camponeses decidem lutar pela sua liberdade, com base na interpretação que deram à Sagrada Escritura, Lutero convoca os príncipes tolos e velhacos para massacrar os heréticos.

Ernest Troeltsch, teólogo e filósofo – colega de Max Weber –, resume de outra maneira essa questão:

No lugar da hierarquia e a encarnação de Cristo, aparece o poder milagroso da Bíblia, que tudo produz: o prolongamento protestante da encarnação de Deus. Os poderes do Estado tomaram conta. Além disso, essa revelação divina não foi contrariada, pelo menos externamente [...], a autoridade e a força da Bíblia estavam em realizar aquilo que bispos e papas não conseguiram. (TROELTSCH, 2011, p. 360, edição eletrônica)

Deve-se destacar, ainda neste tópico, os escritos de Lutero sobre o perigo turco, cuja primeira edição foi publicada em 23 de abril de 1529. Por meio deles, é possível conhecer algumas de suas ideias fundamentais sobre a vida política.

No início do tratado, Lutero lembra que a Bula de Leão X, que o havia excomungado, condenou a posição do reformador na época em que ele dizia que lutar contra os turcos seria lutar contra Deus, pois Deus, usando os turcos, estava açoitando os pecados do povo. Ele explica que

A situação naqueles tempos era a seguinte: ninguém tinha ensinado ou ouvido, tampouco sabia algo a respeito da autoridade secular: de onde procederia, qual seria seu ofício ou obra, ou como deveria servir a Deus. Os mais eruditos dentre todos (não quero citá-los) consideravam a autoridade secular algo gentil, humano, não-divino, como se seu integrante estivesse num estado perigoso à salvação. [...] Em suma: príncipes e senhores (por mais dedicadamente piedosos que fossem) consideravam seu estado e ofício como se nada fosse, como nenhum serviço a deus, tendo-se tornado verdadeiros padrecos e monges, mesmo não usando tonsuras ou capuças. (OSel, Volume 6, p. 412)

Lutero também lembra que o Eleitor Frederico só veio se dar conta do seu serviço a Deus depois de ler o seu livro “Da Autoridade Secular: até que ponto se lhe deve obediência”. Lutero explica que naquela época só havia tratado da parte espiritual, não da secular. Agora, diz ele: “escrevi tão distinta e proveitosamente a respeito da autoridade secular, como nenhum mestre o fez desde a época dos apóstolos (excluindo, talvez, Sto. Agostinho).” (OSel, Volume 6, p. 412).

Primeiramente, Lutero faz uma distinção entre vocação e ofício, usando vários exemplos históricos para provar a validade do seu artigo, de que o cristão não pode guerrear, mas resistir;

para só depois mostrar como os cristãos deveriam contribuir com a guerra contra os turcos: para além das orações, jejuns, celebrações de cultos, pregação e assistência a pessoas necessitadas, eles deveriam participar com os seus bens seculares.

Na sequência, Lutero passa a discorrer sobre por que os cristãos deveriam guerrear com “reta consciência” a guerra contra os turcos, argumentando, de uma lado, que os turcos só queriam roubar e saquear e, de outro, que é tarefa de cristãos piedosos lutar contra o deus dos turcos, que é o diabo, por meio da oração de joelhos e da pregação verdadeira do Evangelho.

Ele passa a explicar alguns pontos do Alcorão que são contrários à fé cristã. Vale destacar aqui aqueles que tratam diretamente da sua concepção de governo.

Lutero afirma que os turcos

querem dominar, usar a espada e assumir o governo do mundo.[...] tudo é devastado no artigo segundo o qual Cristo seria inferior e menor do que Maomé. Quem não preferiria estar morto a viver sob tal governo, tendo que silenciar a respeito de seu Cristo? (OSel, Volume 6, p. 423)

Os turcos, de acordo com o reformador, queriam eliminar não só a fé cristã como também o governo secular. Por isso, ele indaga: “se tiras do mundo a verdadeira ordem espiritual, a verdadeira ordem secular e a verdadeira disciplina doméstica, que permanece no mundo a não ser meramente carne, mundo e diabo?” (OSel, Volume 6, p. 427).

O primeiro a lutar contra os turcos é o homem cristão, isto é, o homem que ora, porque sabe que o diabo (Alá, o deus dos turcos) não pode ser derrotado pela espada. O segundo homem que deve lutar é o imperador Carlos V, pelo motivo óbvio de que o turco agride o seu império e os seus súditos, e o imperador deve honrar o seu ofício, recebido por Deus, de proteger a vida das pessoas situadas em seu território.

Imperador e príncipes devem ser exortados quanto ao seu ofício e ao dever a que estão obrigados, para que se preocupem com diligência e seriedade em manter seus súditos em paz e protegidos contra o turco, sejam eles cristãos ou não, embora fosse muito bom se fossem cristãos. (OSel, Volume 6, p. 430)

Lutero argumenta que o imperador e os príncipes não tem escolha diante dessa situação. Eles têm a obrigação, por mandamento divino, de proteger e cuidar dos seus súditos. Assim como o homem do povo não tem a liberdade de não colocar seus filhos na escola. Se o imperador e os príncipes não agirem como tal, o turco os ensinará através da ira e da desgraça de Deus. Lutero enfatiza que “A Alemanha ou o império vos foram dados e recomendados por Deus, a fim de os protegerdes, governardes, aconselhades e auxiliardes. Estais obrigados a

fazê-lo” (OSel, Volume 6, p. 432). O reformador afirma, ainda, que o imperador e os príncipes não devem se ocupar das questões da igreja, pois Deus não deixou nenhum mandamento para isso. Ele diz que coisas importantes como essas não podem ser assumidas de forma descuidada.

Outro tratado importante sobre esse tema é o seu “Comentário ao Salmo 101”, escrito em 1534 e publicado em 1535, com pouca aprovação por parte da corte, por causa das duras críticas feitas por Lutero. Esse comentário aparece no Volume 6 das “Obras Seleccionadas”. Segundo FISCHER, Lutero entendia se tratar de um dos principais textos bíblicos referentes ao tema governo, “uma das manifestações mais ponderadas de Lutero sobre a política” (OSel, Volume 6, p. 138). Nele, Davi é apresentado como o governante exemplar. O mesmo autor afirma que “Lutero visa os governantes cristãos” (OSel, Volume 6, p. 138).

Será feita uma rápida apresentação desse tratado, uma vez que as principais ideias de Lutero sobre política já apareceram no texto. Basta dizer que ele aborda as várias obrigações do governante na sua relação com o reino de Cristo, com o reino do mundo e os assuntos puramente profanos; trata das várias possibilidades na relação entre o governante e os seus súditos, como por exemplo um governante cristão bom e um súdito mal e vice-versa; entre o ofício de governante, que é divino, e o próprio governante, que normalmente é do diabo. Entende-se, em resumo, que no tratado fica evidente a ideia de Lutero quanto a uma sociedade totalmente administrada.

Sabe-se, enfim, que para Lutero há dois usos básicos da lei, um relacionado ao aspecto civil, que será abordado neste tópico; outro ligado ao espiritual ou teológico. O “uso civil” da lei diz respeito ao fato de que a lei contém o desejo expresso de Deus quanto ao modo como os governos devem organizar a ordem civil. Os governos humanos foram estabelecidos por Deus como uma ferramenta para que a sociedade viva dentro da expectativa mínima da lei natural, ou seja, a ordem, e não o caos; a sujeição, e não a depravação. Por isso, crentes e não crentes estão sujeitos a essa esfera de ordem, que deve ser protegida pelo governo civil.

A Reforma prosseguiu também na medida em que houve essa proteção por parte do Imperador Carlos V, que, por sua vez, também necessitava do apoio dos príncipes protestantes contra as invasões turcas. É exatamente nesse contexto que Lutero desempenhou um papel político substancial, dirigindo todo o fluxo das questões políticas quando o assunto era a unidade do império.

Lutero e seus amigos mais influentes estavam envolvidos em todos os níveis da política, do local até o imperial. Tanto a autorização quanto a negação do apoio à causa da Reforma na Alemanha tiveram a participação direta dos príncipes e Conselhos Municipais (Câmaras). Por

isso, tanto em cidades pequenas como em grandes, o padrão de reforma era típico: o padre local que havia sido influenciado por Lutero começava a pregar a mensagem evangélica da salvação pela fé e passava a modificar a forma da celebração da missa. Ademais, também passava a condenar como não bíblicas práticas católicas como as indulgências, a devoção aos santos, os regulamentos de jejuns, os votos monásticos e o celibato clerical. Se esse padre tivesse atraído um número grande de pessoas, ele seria desafiado pelo clero romano na cidade que relatava tudo ao bispo local. O pregador, então, apelava para o conselho da cidade e pedia que as suas práticas fossem aprovadas, até que as devidas modificações finalmente fossem implementadas na missa. Em alguns casos, o conselho realizava audiências e debates entre o pregador evangélico e o representante do clero romano. Não eram incomuns a realização de manifestações públicas organizadas pelos partidários de cada um dos lados e os confrontos.

Se o poder político, através de um conselho local, decidisse pela autorização da causa evangélica, a pregação era permitida. A partir disso, a cidade, na maioria das vezes, adotava uma ordem ou constituição, fazendo da adoração evangélica a norma da comunidade.

Curiosamente, em Wittenberg, durante a ausência de Lutero (de abril de 1521 a março de 1522), a política da Reforma foi completamente descordenada. A iniciativa foi tomada por um outro agostiniano, Gabriel Zwigliu e seus colegas da Universidade de Wittenberg, Adreas Karlstadt e Filipe Melanchthon. Eles implementaram as modificações sem esperar a aprovação do eleitor ou do conselho da cidade.

No caso dos excessos ocorridos no início das reformas, os eleitores mandavam punir os invasores de missas, que prontamente recebiam o atendimento de proeminentes burgueses que buscavam o apoio político das Câmaras Municipais. Logo, esses homens ficavam entre os eleitores e os cidadãos.

É nessa época que Lutero escreve “Uma Sincera Exortação de Martinho Lutero a Todos os Cristãos para se Precaverem de Convulsão e Rebeldia”, instrução para que o homem do povo não tome nenhuma atitude sem a iniciativa da autoridade ou o apoio do poder político. Ele aconselhou os leitores ao seguinte:

Portanto, promova e ajude a promover o Evangelho Sagrado; ensine, fale, escreva e pregue que as leis humanas não prevalecem; impeça e aconselhe que ninguém se torne clérigo, monge, freira, e que saia quem já está dentro; não contribua mais com dinheiro para as bulas, velas, sinos, tabuletas e igrejas, mas diga que a vida cristã consiste em fé e amor. (OSel, Volume 6, p. 480)

Lutero acreditava que, procedendo de tal modo, quase nada do poder papal restaria, exceto uma parcela de poder civil. Por conta desses conselhos, Lutero foi tachado de bajulador de príncipes.

Já em 1527, Lutero pede ao Eleitor da Saxônia, João, para nomear uma equipe de quatro visitantes, para examinarem a situação econômica e religiosa das paróquias. Melanchthon e Lutero prepararam um conjunto de instruções doutrinárias que se tornou a primeira constituição das paróquias evangélicas reorganizadas na região do reformador. Embora as instruções distinguíssem claramente entre Igreja e governo civil, na “Instrução aos Visitadores” está escrito que

Deve-se ensinar às pessoas a diferença entre ordem eclesiástica e lei da autoridade secular. Deve-se obedecer à autoridade secular, não porque estabelecesse uma nova ordem de culto, mas porque estabelece a ordem para manter a paz e o amor. Por isso se deve obedecer a todas, a não ser que ordenassem agir contra os mandamentos de Deus, por exemplo, se a autoridade ordenasse abandonar o Evangelho ou algumas partes dele. (OSel, Volume 7, p. 293)

Na prática, entretanto, como já foi demonstrado neste mesmo capítulo, a consolidação e expansão da Reforma alemã resultaram da inabalável cooperação entre o poder político dos governantes evangélicos e os teólogos. A expansão da Reforma deu-se pela cadeia de políticas regionais em torno de um processo comum de negociação que acabaram moldando a Reforma em todo o território do Sacro Império Romano. Tratou-se efetivamente da fusão entre religião e poder político.

Já em 1526, sete príncipes protestantes formaram a Liga Defensiva de Torgau, que, juntamente com seus sucessores, tornou-se a espinha dorsal da oposição imperial. Daí resulta toda a luta dos estados protestantes, as chamadas cidades imperiais, contra as imposições do imperador. Surge também a Liga de Esmalcada, mencionada anteriormente nesta pesquisa, que prometia proteção militar aos seus membros. Os conflitos surgem em 1546.

É por esses fatos que a Reforma também é tratada como um evento urbano que dependeu diretamente do apoio dos burgueses. Mas, como se sabe, o campo também foi uma fonte de entusiasmo. As ligações políticas, econômicas, sociais e religiosas entre as cidades significavam mais força para a propagação da Reforma nas cidades e no campo.

Como o intuito deste último tópico é verificar a concepção de poder político de Lutero para compreender qual foi o impulso mais forte para a Reforma, é necessário dizer que não foram os tumultos religiosos e atos de vandalismo nem o apelo popular da mensagem da

salvação que deram o impulso máximo. Dito de outro modo, não foi o povo a força motriz por trás da Reforma religiosa. Foi um misto de apelo popular e força política que levava os magistrados a mudar a prática religiosa urbana. Portanto, em última análise, foram os magistrados, os Conselhos das Cidades quem promoveram a Reforma religiosa, que por isso mesmo pode ser vista como um movimento de cima pra baixo, guiada pelos magistrados. Portanto, mesmo que o impulso inicial para a Reforma em muitas comunidades pode ter vindo da população em geral, ela não teria encontrado uma expressão oficial até que as Câmaras Municipais das cidades assumissem os rumos das coisas. Lutero sabia que os laços políticos, muito mais do que ligações econômicas e sociais, eram de fundamental importância para a expansão da Reforma. Nesse sentido, LILJE afirma que

O grande processo de dissolução da Idade Média, a decomposição afeta primeiramente as forças políticas. A força líder, e a ideia de um poder ordenador decisivo na Europa, o império germânico, se eclipsa mais e mais.[...]. Se forma um novo equilíbrio de forças entre os Estados nacionais em gestação, os numerosos principados menores do Renascimento, os Estados-repúblicas da Itália e uma Igreja-Estado que perseguia a mesma autonomia secularizada. Esta foi a conjugação de forças no jogo histórico que desembocava em lutas, alianças, concertos de paz, tratados quebrados e novas guerras. (1983, p. 13)

3.4 Lutero e as Ideologias Políticas da Modernidade

É necessário salientar que o intuito deste tópico não é enumerar todas as ideologias políticas, modelos políticos ou conceitos das teorias políticas existentes na modernidade para verificar sua relação com as ideias e ações políticas de Lutero. O objetivo deste tópico é, na verdade, apresentar algumas das principais ideologias políticas da modernidade¹⁰ e relacioná-las às ideias e ações de Lutero¹¹.

Quentin Skinner, em seu livro “As Fundações do Pensamento Político Moderno”, afirma que são duas as principais implicações políticas das ideias e ações de Lutero: primeiro, sua repulsa à ideia de que a Igreja tem poderes de jurisdição sobre a vida cristã, ou seja, a Igreja não pode dirigir e regular a vida cristã como fazia até aquele momento, especialmente considerando os abusos cometidos com as indulgências, fato que suscitou as famosas “Noventa

¹⁰ Do ponto de vista histórico, apresentar os conceitos que descreveram detalhadamente o Estado moderno, tal como se apresenta hoje, em sua liberdade, regime constitucional, sua burocracia civil e militar e sua economia, é uma tarefa extremamente complexa, uma vez que todas essas instituições se encontram em graus diversos de avanço, o qual pode ter surgido antes mesmo do protestantismo e sem ele.

¹¹ Lutero, como qualquer agente histórico, ao agir politicamente, poderia estar mais consciente ou menos consciente dos resultados das suas ideias e ações.

e Cinco Teses” O autor afirma que “o verdadeiro alvo dos ataques de Lutero, contudo, não foi tanto o fato de a Igreja abusar de seus poderes – mas a sua mera pretensão a exercer tais poderes sobre uma sociedade cristã” (SKINNER, 1996, p. 295). Conforme já demonstrado nesta pesquisa, para Lutero não deve haver um estado clerical distinto, mas sim o sacerdócio universal de todos os crentes, por meio do batismo.

As suas críticas também tratam da pretensão da Igreja em querer regular os assuntos temporais. Para o reformador, quando o papa age de tal modo ele está usurpando os direitos das autoridades temporais, motivo pelo qual ele faz a defesa das autoridades seculares, como já se demonstrou. Esse fato levou Lutero a admitir um “sistema de Igrejas nacionais independentes, nas quais o príncipe detém o direito de nomear e demitir sacerdotes e bispos, bem como de controlar e dispor da propriedade eclesial” (SKINNER, 1996, p. 297). Portanto, outra implicação clara das suas ideias políticas para a modernidade é a de que o governante deve reivindicar os seus poderes, inclusive para regular a Igreja.

A partir dos princípios tratados políticos de Lutero expostos neste trabalho, pode-se dizer, de maneira resumida, que ao menos uma ideia do reformador repercutiu fortemente nas ideologias políticas da modernidade, a saber, a de que o cristão deve submeter-se plenamente às autoridades seculares e sob nenhuma circunstância deve resistir, mesmo diante do poder persecutório crescente do Estado. Há, contudo, outras ideias e ações de Lutero que repercutem nas ideologias políticas da modernidade.

3.4.1 A Guerra dos Trinta Anos: a religião na vida privada

Cem anos após a Reforma, acontece, como consequência da Contrarreforma, o que alguns estudiosos chamam de primeira grande guerra mundial: a Guerra dos Trinta Anos. Antes desta guerra, não havia grandes guerras na Europa exatamente porque os reis eram contidos pelo poder espiritual da Igreja. Mas nessa nova fase emerge uma Europa fratricida, em que cada país está disposto a atacar o outro.

A referida guerra originou-se com a Defenestração de Praga, quando alguns mensageiros católicos foram mal recebidos por protestantes e jogados pela janela. Esse evento simplório deflagrou uma guerra que durou três décadas e resultou num verdadeiro massacre da população germânica.

Quando a guerra chega ao fim, a maioria dos Estados europeus percebe que já não se encontra mais sob o jugo da Igreja. Os envolvidos dedicaram-se a pensar no que poderia ser

feito para que conflitos semelhantes não mais acontecessem, surgindo o Tratado de Westfalia, cuja consequência é sentida até hoje. Pode-se dizer, de maneira resumida, que esse decreto trata a religião como um fator da vida privada. Segundo alguns estudiosos, esse é ponto a partir do qual surge o mundo laico em que se vive atualmente.

Depois de Westfalia, não se pode mais agir politicamente como cristão sem se ouvir a expressão “O Estado é laico”. A religião em geral e a fé cristã em particular ficaram fora da política.

Esse tratado teve como grande mentor o Cardeal Richelieu, que curiosamente lutou dentro da França contra os protestantes e fora dela a favor dos protestantes.

Isso porque Lutero de fato modificou os destinos da Igreja na Alemanha. Os reis e príncipes não se submetiam mais nem mesmo à pregação do Evangelho, isto é, ao poder espiritual da Igreja. Em um segundo momento, tampouco aceitavam o rigor dos pregadores. Com isso, deixaram de ser evangelizados e perderam a educação de base cristã que ainda tinham.

De acordo com DAWSON, “o fim da Guerra dos Trinta Anos deixou esgotadas as regiões na Europa Central, ansiosas apenas pela paz e submissas à vontade dos príncipes” (2015, p. 245), ou seja, o Estado monárquico absoluto passou a ser a grande aspiração das nações.

Pode-se afirmar que essa possivelmente seja a ideologia política mais impactante na modernidade, o emparedamento da fé cristã à vida privada. Com isso, qualquer decisão política de base cristã passou a sofrer toda sorte de ataques, até o ponto em que somente uma postura ficou cristalizada: a de que a fé cristã é uma questão da vida privada.

Maquiavel, More, Lutero e Hobbes contribuíram para estabelecer um novo espaço político e um novo campo de reflexão sobre a política. Se é possível descrever o movimento de que eles participam numa única palavra, então a palavra é autonomização. De diferentes maneiras (e também perseguindo diferentes propósitos), eles concorreram para afirmar a política como uma esfera de atividades autônoma em face da moral privada, à tradição, à igreja. (MIGUEL, 2015, p. 177)

O primeiro efeito foi realmente a autonomia; o segundo, a hostilidade. Isso porque o poder do Estado é um poder que não para de crescer, especialmente a partir da separação entre Igreja e Estado. Ademais, trata-se de um poder que se volta especificamente contra a fé cristã, questão que pode ser abordada numa outra pesquisa, já que não faz parte do objetivo desta dissertação.

A chamada laicidade do Estado representa outra das ideologias políticas da modernidade que está diretamente ligada à Reforma. De acordo com MIGUEL, essa é “uma condição necessária para que as ideias de democracia e de pluralismo se afirmem”. (2015, p. 177 e 178), mais especificamente o pluralismo religioso, que implica não só o convívio pacífico entre as várias religiões, mas também a igualdade entre elas, independente de sua origem ser remota ou absolutamente atual.

Entende-se, assim, que os ideais de tolerância religiosa também surgem na modernidade como resultado do poder ilimitado do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre política e religião não é algo novo nas Ciências Sociais ou nas Ciências da Religião, com a variação acontecendo em função dos recortes históricos e metodológicos efetuados. Nesse sentido, a presente dissertação é mais uma tentativa de demonstrar o quanto essa temática é complexa e, por isso mesmo, como é necessário se aprofundarem os estudos sobre esse período da história.

O objetivo central da pesquisa consistiu em apresentar, a partir de uma leitura dos principais tratados políticos de Lutero, as relações entre a Reforma Protestante e algumas teorias políticas modernas, teorias já reconhecidas pelos estudiosos da área, que, ao expor os temas, apontam para a Reforma como sendo inegavelmente o berço da política moderna.

Em primeiro lugar, Lutero foi apresentado como sendo o agente principal das ideias que deram origem à política moderna. A primeira distinção feita na pesquisa foi a de Lutero como um agente histórico que, através das suas ações, foi adotando cada vez mais uma postura de ruptura com a Igreja e suas instituições. Um dos momentos decisivos é quando ele toma certas atitudes que passam a ser compartilhadas por outras pessoas, como no Debate de Leipzig. Outro momento decisivo diz respeito à publicação do seu principal tratado político: “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, bastante explorado nesta pesquisa.

O segundo ponto, de igual importância para esta pesquisa, é a distinção entre as ideias declaradas de Lutero e lógica interna dessas ideias. Não foram poucas as vezes em que as intenções declaradas do reformador resultaram no exato contrário, o que ocorreu por exemplo na separação entre católicos e luteranos no Império Germânico e na sangrenta Guerra dos Camponeses. A terceira e última distinção trata do poder concreto de Lutero, não apenas do poder hipotético, ou seja, quando ele realmente tinha o poder de agir e as suas ações continuarem no tempo mesmo depois da sua morte. Com efeito, diversas ações políticas de Lutero prolongaram-se por muitos anos após sua morte.

Como desdobramento dessas primeiras leituras, a dissertação mostrou no que consistiram as ações políticas de Lutero e como ele perpetuou as suas ideias através das autoridades políticas e religiosas, favorecendo a unificação política das cidades, que resultou na formação de uma estrutura política aderente ao desenvolvimento da Reforma.

Essa comunicação intermunicipal permaneceu como uma das principais ferramentas utilizadas pelos Conselhos Municipais para formularem suas iniciativas políticas, sociais e religiosas. É quando se vê claramente que a Reforma proposta por Lutero não visava somente

à Igreja. Tais ideias acabaram solapando a fé cristã, uma vez que o poder de se fazer obedecer passou a ficar concentrado no Estado, de modo que a Igreja foi perdendo força como autoridade mediadora entre Deus e os homens. Diga-se uma vez mais que a dissertação não tratou essa questão de forma teológica, mas sim sociológica, valendo-se, para tanto, dos instrumentos da Ciência Política.

Visto que se tem um quadro político muito instável na época de Lutero, especialmente porque os dois poderes, o espiritual e o secular, estão buscando ferramentas para se firmar, e também porque o Estado já era objeto de estudo; era extremamente necessário se fazer uma leitura da concepção de Lutero sobre Estado e política ou poder político, de tal modo que um estudo sobre esse período não pode deixar de lado a importância das ideias de Lutero sobre política.

É nesse sentido que se procurou formular a leitura de que as ideias e ações de Lutero assumem um papel pioneiro quando se estudam as ideologias políticas da modernidade, isso porque as bases dessas ideologias podem ser encontradas na Reforma Protestante.

Por fim, quem quiser compreender de maneira mais profunda as relações entre política e Igreja deve debruçar-se sobre os tratados de Lutero que abrangem esses temas. Com isso, é possível verificar que o legado de Lutero não somente baliza nossa compreensão dessas relações no mundo atual como, em alguns casos, as determina.

REFERÊNCIAS

- BAINTON, Roland H. *Cativo à Palavra: a vida de Martinho Lutero*. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- BALMES, Jaime. *El Protestantismo comparado com o catolicismo*. Madrid: La Editorial Católica S. A., 1967.
- BOSSUET, Jacques-Bnigne. *Historia de lãs variaciones de las Iglesias protestantes Y Exposicion de lá doctrina de la Iglesia Catholica, sobre Los Puntos de Controversia*. Madrid: 1755.
- BRADY JR., Thomas A. *German Histories in The Age of Reformations, 1400 – 1650*, New York, 2009.
- CAIRNS, Earle E. *O Cristianismo Através dos Séculos: uma história da Igreja Cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CARPEAUX, Otto Maria. *O Renascimento e a Reforma*. São Paulo: Leya, 2012.
- CARVALHO, Olavo de. *Maquiavel ou A Confusão Demoníaca*. Campinas: Vide Editorial, 2011.
- CASSESE, Giacomo. *Qué quiso decir Lutero?* Saint Louis: Editorial Concordia, 2014.
- CERNI, Ricardo. *Historia del Protestantismo*. Barcelona: El Estandart de la Verdad, 1992.
- CIERVA, Ricardo. *Las Puertas del Infierno*. Espanha: Fenix, 2016. 3. ed.
- COLLINSON, Patrick. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- DAVIES, Michael. *A Reforma Litúrgica de Cranmer: a destruição do catolicismo por meio da mudança litúrgica*. Niterói: Permanecia, 2017.
- DAWSON, Christopher. *A Divisão da Cristandade: da reforma protestante à era do iluminismo*. São Paulo: É Realizações, 2014.
- DILLENBERG, John; WELCH, Claude. *El Cristianismo Protestante*. Buenos Aires: Casa Unida Publicaciones, 1954.
- ENGELS, Friedrich. *As Guerras Camponesas na Alemanha*. Lisboa: Editorial Presença, s/ ano.
- FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero: um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo. *El Fraile Hambriento de Dios*. Madrid: CEDRO, 2017.
- GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo. *En Lucha contra Roma*. Madrid: CEDRO, 2017.
- HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

- JOUVENEL, Bertrand de. O Poder: história natural e seu crescimento. São Paulo: Peixoto Neto, s/ ano.
- LEWIS, C. S. A Imagem Descartada: para compreender a visão medieval de mundo. São Paulo: É Realizações, 2015.
- LILJE, Hanns. Martín Lutero: 1483/1983. Bonn: Inter Nationes, 1983.
- LOMBAERDE, Júlio Maria. O Diabo: Lutero e o Protestantismo. Itapev: Nebli, 2015.
- LUTERO, Martinho. Conversas à Mesa. Brasília: Monergismo, 2017.
- LUTERO, Martinho. Fundamentação da Ética Política: Governo – Guerra dos Camponeses – Guerra contra os Turcos – Paz Social. Obras Seleccionadas. Volume 6. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora Sinodal/Concórdia Editora, 1995.
- LUTERO, Martinho. O Programa da Reforma: escritos de 1520. Obras Seleccionadas. Volume 2. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora Sinodal/Concórdia Editora, 1995.
- LUTERO, Martinho. Os Primórdios: escritos de 1517 a 1519. Obras Seleccionadas. Volume 1. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora Sinodal/Concórdia Editora, 1995.
- LUTERO, Martinho. Vida em Comunidade: Comunidade – Ministério – Culto – Sacramentos – Visitação – Catecismos – Hinos. Obras Seleccionadas. Volume 7. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora Sinodal/Concórdia Editora, 1995.
- MARITAIN, Jacques. Três Reformadores: Lutero, Descartes, Rousseau. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva S. L., 2013.
- MIEGGE, Mario. Martin Lutero: la Reforma Protestante y el nacimiento de las sociedades modernas. Barcelona: Editorial Clie, 2013.
- MIGUEL, Luis Felipe. O Nascimento da Política Moderna: de Maquiavel a Hobbes. Brasília: Editora UnB, 2015.
- NYQUIST, Jeffrey. O Tolo e Seu Inimigo. Campinas: Vide Editorial, 2017.
- ORTEGA y GASSET, José. A Rebelião das Massas. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2006.
- PEYREFITTE, Alain. A Sociedade de Confiança. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- ROMMEN, Heinrich. O Estado no Pensamento Católico. São Paulo: Edições Paulinas, 1967.
- ROPS, Daniel. A Igreja das Revoluções. São Paulo: Quadrante, 2015.
- SABINE, George H. História das Teorias Políticas. São Paulo: Fundo de Cultura S. A., 1964.
- SANAHUJA, Juan Claudio. Poder Global e Religião Universal. Campinas: Ecclessiaae, 2012.

SEEBERG, Reinhold. Manual de História de las Doctrinas: tomo II. Casa Bautista de Publicaciones, 1967.

SILVA, Nelson Lehmann. A Religião Civil do Estado Moderno. Campinas: Vide Editorial, 2016. 2. ed.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TROELTSCH, Ernest. El Protestantismo y el Mundo Moderno. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

VOEGELIN, Eric. Renascença e Reforma. São Paulo: É Realizações, 2014.